

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CAMPUS DO SERTÃO

CURSO DE HISTÓRIA

Maria Elzita Alves Aragão

**José de Alencar entre a tribuna e a escrita: A escravidão em O Tronco do
Ipê**

Delmiro Gouveia

2019

Maria Elzita Alves Aragão

**José de Alencar entre a tribuna e a escrita: A escravidão em O Tronco do
Ipê**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana

Delmiro Gouveia
2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

A658j Aragão, Maria Elzita Alves

José de Alencar entre a tribuna e a escrita: a escravidão em o tronco do ipê / Maria Elzita Alves Aragão. – 2019.
61 f.

Orientação: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana.
Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2019.

1. História do Brasil. 2. Literatura brasileira. - Romance. 3. Escravidão. 4. O tronco do ipê – Livro. 5. Alencar, José Martiniano de, 1829-1877. I. Santana, Pedro Abelardo de. II. Universidade Federal de Alagoas. III. Título.

CDU: 981:82-31

Folha de Aprovação

MARIA ELZITA ALVES ARAGÃO

José de Alencar entre a tribuna e a escrita: A escravidão em O Tronco do Ipê

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido ao corpo docente do curso de
Licenciatura em História da Universidade
Federal de Alagoas, Campus do Sertão e
aprovado em 11 de dezembro de 2019.

Pedro Abelardo de Santana

Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana, UFAL (Orientador)

Banca examinadora:

Sheyla Farias Silva

Prof.^a Ma. Sheyla Farias Silva, UFAL (Examinadora)

Gercinaldo de Moura Medeiros

Prof. Me. Gercinaldo de Moura Medeiros, UFAL (Examinador)

AGRADECIMENTOS

Entre todas as partes deste trabalho essa deveria ser a mais fácil, mas, pelo contrário, é uma das partes mais difíceis. Foram tantos altos e baixos nessa caminhada, quase cinco anos que me parecem cinco dias, e são tantos a agradecer...

Primeiramente, agradeço imensamente a Deus e aos meus Orixás, pois, sem eles a guiar meu caminho, nada disso seria possível...

A minha família: aos meus pais Josefa Cristina Lima e Carlos Alberto da Silva Aragão e ao meu irmão Paulo Henrique Lima Aragão, meus eternos amores, com minha eterna gratidão por me ajudarem a cada passo dessa caminhada, me dando forças e me erguendo a cada tropeço, por moverem céus e terras para que hoje eu pudesse estar aqui, tecendo essa parte tão importante da minha pesquisa, sem o amor e apoio de vocês não estaria onde estou...

Aos professores, em particular, meu orientador Pedro Abelardo, pela paciência, dedicação, competência e ajuda na construção deste trabalho...

Aos amigos que fizeram parte dessa caminhada junto comigo:

Ao Ayrton e ao Gustavo, muito obrigada, por sempre me ajudarem quando recorri, por ouvirem minhas paranoias, minhas inseguranças, por me acalmarem, por todas as sugestões e críticas que tanto me auxiliaram, obrigada pela amizade e por dedicarem um pouco de seu tempo me ajudando.

Um agradecimento mais que especial, aos pedacinhos de Alagoas que sempre levarei comigo, ao Derllânio, a Heloísa, a Sílvia, a Sirlânia, a Thaís e a Viviane, amigos que Delmiro e a Graduação me agradeceram, por todos esses anos de amizade, pelas confidências partilhadas, pelas alegrias, pelas tristezas, pelas brigas, pelas inúmeras risadas, pelos choros e os milhares de sorrisos, obrigada por tornarem leve essa caminhada tão dolorosa. Nosso circo, nosso ninho, nossa magia e nossa feitiçaria, serão eternos! Obrigada! Amo cada um de vocês!

Enfim, muito obrigada!

RESUMO

A presente monografia analisa a veiculação da imagem do elemento negro e da escravidão em *O Tronco do Ipê* (1871), obra literária romântica do escritor cearense José de Alencar. A obra em questão foi publicada no contexto das discussões políticas acerca da aprovação da chamada Lei do Ventre Livre, na qual o autor teve assídua participação. Procurou-se verificar como o posicionamento político de Alencar reflete em seu discurso literário, partindo do pressuposto de ser indissociável o EU político do EU literato. Observamos as relações da casa-grande, da senzala e da casa-grande e senzala, procurando traçar o espaço reservado ao negro em sua obra, como este foi retratado e representado. Dessa maneira, realizamos uma abordagem do pensamento político alencariano, em seguida, é mostrado como o negro e a escravidão foram tecidos no meio literário romântico do século XIX e por fim, analisamos a fonte principal deste trabalho, o romance, estabelecendo diálogo com as autoras Hebe Cristina da Silva (2004) e Zildete Lopes de Souza (2015) ambas de extrema importância por se debruçarem sobre a mesma obra alencariana.

Palavras-chave: Escravidão, José de Alencar, Negro e *O Tronco do Ipê*.

ABSTRACT

The present monograph analyzes the transmission of the image of the black element and slavery in *O Tronco do Ipê* (1871), a romantic literary work by Ceará writer José de Alencar. The work in question was published in the context of political discussions about the approval of the so-called Free Belly Law, in which the author participated assiduously. Thus, we sought to verify how Alencar's political positioning reflects in his literary discourse, assuming that the political EU is inseparable from the literate EU. We observe the relations of the big house, the senzala and the big house and senzala, trying to trace the space reserved for the black in his work, as it was portrayed and represented. In this way, we take an approach to Alencarian political thought, then show how black and slavery were woven into the romantic literary milieu of the nineteenth century and finally, we analyze the main source of this work, the novel, establishing dialogue with the authors Hebe Cristina da Silva (2004) e Zildete Lopes de Souza (2015) both extremely important for addressing the same Alencarian work.

Keywords: Slavery, José de Alencar, Black and The Ipê Trunk.

Sumário

Introdução	8
1 Para além do literato: O político Alencar e sua posição polêmica	11
1.1 Contexto histórico	11
1.2 O conservador Alencar	14
1.3 Alencar e o “elemento servil”	15
1.4 O Erasmo brasileiro: as cartas políticas e a emancipação pela via indireta.....	17
1.5 A reforma servil: sessões de julho de 1871	20
2 O negro na literatura romântica do século XIX e no discurso literário alencariano	26
3 A casa grande e a senzala em O Tronco do Ipê	37
3.1 A hierarquia social e a imagem dos personagens negros em O Tronco do Ipê	39
3.2 As relações escravistas no romance e a escravidão pelo olhar da casa-grande	48
Considerações finais	55
Referências	58

Introdução

Não há como falar em história do Brasil sem tocar na escravidão, instituição na qual com sangue, suor e muita dor, sendo os pés e mãos dessa terra, foi central e basilar para a formação da nação, não apenas através dos diversos ofícios exercidos pelos escravos, nem somente pela enorme contribuição cultural, mas, principalmente através do importantíssimo processo de luta pela liberdade e recuperação de sua identidade. A escravidão é ferida nacional ainda aberta, aparentemente longe e ao mesmo tempo tão próxima a nós.

Enquanto tema de estudo no meio acadêmico, a escravidão, no campo da historiografia brasileira, suscita estudos historiográficos riquíssimos, dentro dos mais diversos enfoques e aspectos.

Ao longo da formação desse campo de investigação, várias tendências tiveram papel importantíssimo na construção dos estudos relativos à escravidão, estudos clássicos como **Casa-grande e Senzala** (1933) de Gilberto Freyre que rompeu com as visões de inferioridade presentes em autores como Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, enfatizando a contribuição cultural africana, suas raízes, e sua importância na formação do Brasil, a partir das relações cotidianas estabelecidas entre os polos casa-grande e senzala, destaca o processo de miscigenação como ponto positivo ao contrário daqueles que pregavam o branqueamento (PALERMO, 2017, p. 327-330).

A partir da década de 1950, novos olhares foram despertados para o tema, mas, precisamente nos anos de 1960, com os sociólogos da chamada Escola Paulista de Sociologia, composta por intelectuais como Florestan Fernandes e Emília Viotti da Costa. Estes romperam com a perspectiva de Freyre e passam a propor uma nova interpretação sobre a escravidão e sua função formadora do Brasil, com um olhar de uma vertente marxista aproximada do estudo de Caio Prado Júnior em **A Formação do Brasil Contemporâneo** (1942). Essa nova tendência historiográfica considerava a escravidão como estrutura no processo de acumulação de capital, para sustentar o mercado e o lucro (PALERMO, 2017, p. 330-337).

A partir da década de 1980 uma nova fase toma corpo, os pesquisadores então começaram a reler as fontes, abrindo caminho para novas interpretações do passado escravista, dotados de outro aparato teórico e sob fortes influências das mudanças no campo da história, essa nova historiografia negaria a coisificação dos escravos e passaria a valorizar as experiências dos escravizados, enquanto sujeitos autônomos e agentes históricos, abordando questões como a resistência e buscando dar voz aos antes silenciados. Dessa maneira, um

pensamento novo sobre a escravidão vai adquirindo espaço, vendo o escravo para além de uma mercadoria e mão de obra (PALERMO, 2017, p. 338-343).

Diante do novo horizonte que vem sendo desenhado, o saber historiográfico abriu-se ao campo da interdisciplinaridade, dialogando assim com outros campos do saber. A partir dessa perspectiva foi gestado esse trabalho, por meio do diálogo interdisciplinar entre história e literatura.

Nosso olhar se volta para o Brasil Imperial do Segundo Reinado, entre o fim da década de 1860 e início de 1870, quando no cenário político do Império se desdobravam intensos e calorosos debates acerca do elemento servil no parlamento, em torno da aprovação da lei de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre.

Neste cenário, o deputado e literato José de Alencar, durante as sessões da câmara dos deputados diante da tribuna e por meio de seus escritos de teor político expressava suas convicções sobre a escravidão e a forma como o governo deveria proceder sobre esta, por outro lado, em seus escritos literários Alencar apenas se dedicou a considerar a massa escravizada em alguns de seus dramas e romances. Chama a atenção o romance escrito e publicado no mesmo período dos debates sobre a referida lei, o romance regionalista **O Tronco do Ipê**, de 1871.

A pesquisa se torna relevante porque procura mostrar como a representação da escravidão numa obra literária e os ideais oitocentistas, com respeito à escravidão, interferiram diretamente na participação do negro como sujeito na formação da sociedade brasileira. Dessa forma, levantamos as seguintes questões: Em que medida o pensamento político de José de Alencar com respeito à escravidão se reflete em sua obra romântica **O Tronco do Ipê**? E qual é a imagem do negro e da escravidão veiculada no romance?

Para responder a tais questionamentos, objetivamos analisar o romance no que tange a representação do negro e da escravidão, dando atenção para a análise acerca da relação entre pensamento político do autor e seu romance. Enquanto pesquisa de natureza descritiva e caráter bibliográfico, faremos uso como fontes primárias da obra literária romântica **O Tronco do Ypê** (1871), **Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo** (1869), série cartas que versam sobre o elemento servil e de alguns **Discursos** proferidos na sessão de 1871 na Câmara de Deputados por José de Alencar. Para a tessitura do momento histórico vivido os escritos do historiador Ricardo Salles, o estudo biográfico de José de Alencar empreendido por Arthur Motta (1921) serão importantíssimos. Assim, como outros estudos da área da História e da Literatura terão especial consideração para orientar o processo de investigação que será executado para compreender, interpretar e analisar o objeto de estudo.

O primeiro capítulo será destinado a contextualizar o momento sociopolítico do Brasil do período, situar o papel de Alencar nesse meio e delinear o seu pensamento político com respeito ao elemento servil, dentro do contexto das discussões da Lei do Ventre Livre.

No segundo capítulo, buscaremos esboçar como o negro e a escravidão foram retratados nas obras românticas e alencarianas no século XIX, dentro do contexto de formação da identidade brasileira e após o auge desta empreitada.

Por fim, no último capítulo, à luz das questões levantadas nas sessões anteriores analisaremos como o pensamento político de José de Alencar está presente no romance, qual a forma de representação do negro e da escravidão atestada na obra, a partir, das relações escravistas presente no romance e seguindo a linha de interpretação estabelecida nas discussões trazidas nas análises tecidas sobre a obra pelas autoras Hebe Cristina da Silva (2004) e Zildete Lopes de Souza (2015).

1 Para além do literato: O político Alencar e sua posição polêmica

1.1 Contexto histórico

As décadas de 1850 e 1860 trouxeram transformações que marcaram profundamente o meio sociopolítico e econômico do Brasil. A pressão internacional e a política nacional em torno da extinção do tráfico de escravos que era o alicerce do Império e as questões em torno da Guerra do Paraguai mexem com a conjuntura do período e se rompem nos anos 1870. Outras questões, tendências e forças políticas e ideológicas vêm à luz, dentre elas, a escravidão, aponta como uma das questões mais importantes, enquanto força motriz da nação que começava a ter ameaçada a base de sua legitimidade (SALLES, 1996, p.158-177).

Para uma nação que nasceu e se mantinha sob o signo da escravidão, os debates que permeiam o fim dos anos 1860 e início dos anos 1870 acerca de como conduzir a questão escravista no Império, principalmente às discussões em torno da reforma servil, sem dúvida, mostravam que o mundo dos senhores e escravos não seria mais o mesmo.

Nesse período conturbado, a escravidão agitava o Império. O avanço do capitalismo e a condenação pelas potências internacionais a escravidão, na qual o Brasil era fundado e a tinha como uma herança, colocava em voga a questão. A manutenção do sistema escravista perdurava como símbolo de riqueza e poder presente no cotidiano, ao mesmo tempo em que era colocada em xeque. Além da pressão internacional pelo Brasil ser um dos únicos a ainda manter um regime escravista, o exército combatente no Paraguai de volta ao país como heróis da nação ganhando prestígio, se recusava a perseguir os negros escravizados, os quais estiveram conjuntamente na linha de batalha. Por vezes, esses deram apoio ao movimento abolicionista que começava a ganhar voz, também, o movimento republicano que as poucos iria tomar forma, a experiência nos EUA (guerra de secessão entre 1861-1865) com respeito à escravidão e o medo de insurreições escravas em larga escala, passava a colocar forte pressão no parlamento para que se encaminhasse a reforma servil (SALLES, 2009, p.39-77).

Com relação à posição do Imperador D. Pedro II sobre a escravidão, a Fala do Trono proferida na sessão de 22 de maio de 1867, nos leva a analisar a conjuntura a partir de sua perspectiva:

“O elemento servil no Imperio não póde deixar de merecer opportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade actual, e **sem abalo profundo** em nossa primeira industria – a agricultura -, sejam attendidos **os altos interesses que se ligam á emancipação**” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1889, p.643, grifo nosso).

Diante de tal posicionamento, a medida deveria ser conduzida “sem abalo profundo” e atendendo “os altos interesses”, quais são esses interesses não fica explícito, porém, podemos pensar que sejam interesses não relacionados à preocupação com a escravização desumana, e sim, com os efeitos que tal regime provocaria na visão que se tinha do Brasil mundo a fora.

A esse respeito, Ricardo Salles (1996), argumenta que no quadro internacional quanto à mentalidade predominante, a escravidão representava um entrave e afastava o Brasil das nações civilizadas. Podemos perceber na fala do Imperador certa simpatia por tentar colocar em pauta de análise a questão do elemento servil e possíveis medidas emancipacionistas, fruto das circunstâncias. Até por que tempos atrás, em julho de 1866, o imperador havia sido pressionado pela Junta Francesa de Emancipação¹ para dar encaminhamento a medidas de abolição (SALLES, 1996, p. 158). A manutenção da escravidão representava um perigo para o progresso do Império.

A fim de garantir a hegemonia do governo, a coroa encaminha iniciativas para a questão escravista, para atenuar a crise da hegemonia da escravidão. Promovendo uma das medidas emancipacionistas que causou grande alvoroço no âmbito político e entre os proprietários de escravos, a proposta de deixar o fruto do ventre cativo livre, a lei sancionada pela princesa Isabel, como regente, em 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre.

Tal projeto de lei incluía:

Art. 1º. Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º. Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.²

Embora trouxesse certa insegurança aos donos de escravos, preocupados com a disciplina nas fazendas, a lei não era tão agressiva. Conforme Mendonça (2001), na medida que forçava os proprietários a conceder alforria mediante indenização ou conceder a liberdade àqueles que pudessem pagar por ela através de pecúlio, retirando a exclusividade senhorial, preservava em diversas medidas o controle dos senhores sobre os escravos, principalmente, restringindo que terceiros pudessem intervir nas questões de liberdade. O acúmulo de pecúlio era um desses aspectos, que segundo a lei, dependeria da permissão do senhor e apenas executada pela iniciativa do escravo, o que propiciava o controle sobre a intervenção de

¹ Órgão Francês destinado à luta pela extinção do trabalho escravo.

² O texto da Lei de 1871 foi localizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm e consultado em 26/07/2019.

terceiros nesse processo. Embora não interviesse diretamente no domínio, a lei não deixou de causar alvoroço.

O processo para aprovação da lei foi extremamente conturbado, os debates se prolongaram por vários meses, com discursos inflamados, a maioria dos políticos envolvidos no debate tinham opiniões diversas acerca do modo como se deveriam conduzir as medidas emancipacionistas. Por vezes, cediam a ofensas pessoais e as galerias se manifestavam a cada argumento. De um lado, os conservadores e de outro, os liberais, os Saquaremas e Luzias que dominaram a vida política do Império e que segundo José Murilo de Carvalho (2008), tinham uma diversa composição social, um complexo pensamento ideológico e diferiam no comportamento político de seus membros. Durante a década de 1860, ascende também ao cenário político a Liga Progressista, formada por liberais e conservadores dissidentes, que muito tiveram influência na proposta de uma emancipação gradual.

Com respeito às discussões em torno da promulgação da Lei de 1871 sobre o “elemento servil”, o maior e decisivo apoio veio dos magistrados nortistas, enquanto, entre os sulistas o apoio foi bem menor, isso levando em conta que a ligação com proprietários de terra era quase que igual em ambos os lados, embora os nortistas não dependessem de maciça mão de obra escrava tanto quanto os sulistas, daí o maior apoio dos deputados nortistas a aprovação da lei, já que suas rendas advinham do governo (CARVALHO, 2008, p. 222-23).

As lutas travadas no parlamento entre ambos partidos e seus membros em torno da aprovação da Lei de 1871 geraram não só impacto político, como também reverberaram nos diversos segmentos da sociedade. Conforme Mendonça,

A mobilização a favor e em oposição ao projeto foi grande não só no recinto parlamentar como em vários espaços da sociedade. Associações de proprietários inundaram a Câmara com representações que o repeliam; artigos favoráveis e contrários às medidas propostas eram publicados na imprensa; a população parecia acompanhar os debates, fosse nas galerias da Câmara, fosse pelos jornais que os publicavam ou em conversas de rua (MENDONÇA, 2001, p.24).

O interesse generalizado era de esperar frente à proposta que colocava em risco a única fonte de escravos, pois, após a abolição do tráfico, dar liberdade ao ventre cativo era colocar a instituição da escravidão a seus últimos dias.

Dentre os que travaram ferrenha oposição a Lei do Ventre Livre, estava o deputado José de Alencar, que também era um dos grandes nomes da literatura romântica oitocentista, que expressou seu posicionamento por ambas as vias. Entre discutir medidas emancipacionistas e a abolição efetiva da escravidão no Brasil, ainda existia um longo caminho a ser percorrido.

1.2 O conservador Alencar

Autor de romances, folhetins, peças teatrais, crítica, escritos políticos, jurídicos e poesias, José Martiniano de Alencar, orgulhoso, enérgico, autoritário e firme em suas convicções (MOTTA, 1921, p. 216). Nascido em Messejana (atualmente bairro de fortaleza), Ceará, em 1829, desde muito cedo demonstrou ávido gosto por ler e escrever, acabando por se tornar um dos mais imponentes e famosos escritores do romantismo brasileiro, sendo considerado por muitos como o patriarca da literatura brasileira. Arthur Motta, em seu estudo biográfico sobre José de Alencar observa que ele nos deixou um “legado precioso, não só quanto a quantidade como a qualidade” (MOTTA, 1921, p.51).

Suas obras perpassam desde a fase do indianismo, fase histórica, à fase dos romances urbanos e regionalistas. Entre suas obras de destaque estão: o clássico indianista **Iracema** (1865), **O Guarani** (1857), **A Viuvinha** (1857), **Cinco Minutos** (primeiro romance de 1856), **Lucíola** (1862), **Senhora** (1875), **Diva** (1864), **Til** (1872), **O Tronco do Ipê** (1871), entre outros (MOTTA, 1921, p.48-52).

Além de ter bastante destaque no meio literário com obras cheias de um estilo de peculiar, Alencar também teve uma ativa participação no meio político. Sua carreira política em grande medida favorecida pela carreira de jornalista (estudou no meio em 1853 e assumiu a direção do **Diário do Rio de Janeiro** entre 1855 e 1858) (MOTTA, 1921, p.26), e literato sem dúvida serviram como credenciais, embora o histórico familiar de uma avó (Bárbara de Alencar teve importante papel na revolução de 1817) e um pai (senador e presidente da província do Ceará), envoltos no meio político podem ter instigado o despertar do político em Alencar. Ele afirma em uma autobiografia literária,

O único homem novo e quasi estranho que nasceu em mim com a virilidade foi o politico. Ou não tinha vocação para essa carreira, ou considerava o governo do estado coisa tão importante e grave, que não me animei nunca a ingerir-me nesses negócios. Entretanto eu sahia de uma família para quem a politica era uma religião e onde haviam elaborado grandes acontecimentos de nossa história (ALENCAR, 1893, p.34-35).

Era Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo (1850), tendo poucas obras de caráter jurídico e exercendo a profissão por poucos períodos, devido à dedicação a vida literária e política. Foi deputado estadual pelo Ceará no Partido Conservador quatro vezes (1861-1863; 1869-1872; 1872-1875 e 1876-1877), ministro da Justiça (1868-1870), disputou a vaga de senador em 1869, sendo eleito (mas não foi escolhido pelo imperador). Nas palavras de Motta: “Surgiu na Camará, como deputado eleito e adherente ao partido conservador, o notável litterato

e apreciado jornalista José Martiniano de Alencar de quem muito esperavam os seus correligionários” (1921, p. 175).

Enquanto membro do Partido Conservador, Alencar defendeu os proprietários de terra, o trabalho escravo e o poder moderador, seguindo os ideais e a base política do partido pelo qual optara, para Motta, “revelou-se visceralmente conservador, temendo as reformas radicaes e o advento de um programma liberal”, (1921, p.194). Em sua concepção, o partido era pautado por muita prudência e não aceitava “doutrinas que não estejam bastante amadurecidas; em vez de antecipar-se, acompanha, segue atrás da opinião” (ALENCAR, 1871, p.64).

Alencar se refere a sua imagem política como “monarquista sincero e convicto”, “posicionando-se sempre respeitosamente, não se detinha diante dos potestades do império, fosse D. Pedro II” (ARARIPE, 2006, p.56), ou qualquer outro, embora os atritos na vida política com seus colegas do ministério e, principalmente, com o Imperador, o moldaram e o fizeram, de acordo com Alcântara,

Um eterno dissidente, entusiasmado em dizer coisas novas e atrair atenções, monarquista assumido, detestava o rei e a corte; conservador, liberal na política. Um espírito indomável, eterno rebelde, que nunca se acomodou nos escaninhos dos partidos bisonhos e das instituições obsoletas da época. Foi um desajustado político (ALCÂNTARA, 2010, p.14).

De meados de 1863 até meados de 1868, em razão da dissolução da câmara em 1863, Alencar fica fora do cenário político, preferindo se distanciar do meio social, dedicando-se a família e a cuidados de saúde. Durante esse período, mas precisamente a partir de 1865, Alencar escreve uma série de cartas abertas, de conteúdo político, que foram respectivamente publicadas: **Ao imperador**, cartas (1865); **Ao povo**, cartas políticas de Erasmo (1865-1866); **Ao redator do diário** (janeiro de 1866); **Ao visconde de Itaboraí**: carta de Erasmo sobre a crise financeira (1866); **Ao marquês de Olinda** (1866); e a ultima série de missivas, **Ao imperador**, novas cartas políticas de Erasmo (1867-1868), lhe renderam sucesso e “abriram as portas do parlamento e lhe deram acesso ao gabinete ministerial” (MOTTA, 1921, p. 217).

1.3 Alencar e o “elemento servil”

Tendo em vista o momento vivido na segunda metade dos oitocentos, consideraremos mais a relação de Alencar com o meio político, do fim da década de 1860 até 1870.

São diversas as obras alencarianas de caráter político que incluem tratados, panfletos, discursos, artigos, cartas abertas, meios pelos quais o político expressou seus ideais. Dentre as produções políticas de Alencar, analisaremos dois discursos proferidos na câmara de deputados

nas sessões de 10 e 13 de julho de 1871, sob o título de **Reforma Servil** (texto literal dos discursos organizado por Alencar em 1871), e três cartas abertas de uma série de sete cartas (uma sobre a guerra do Paraguai, três sobre a emancipação, as demais sobre crise financeira do Império), dirigidas ao Imperador, escritas por Alencar entre 24 de junho de 1867 e 15 de março de 1868, intituladas **Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo**. Faremos uso edição publicada pela Academia Brasileira de Letras em 2009, com a organização de José Murilo de Carvalho.

Em tais escritos, sob o pseudônimo de Erasmo, em referência a Erasmus de Roterdã, humanista do século XVI, que assim como se propõe fazer o Erasmo brasileiro, também aconselhou os governantes de sua época (CARVALHO, 2009, p.10). Foi o primeiro momento em que Alencar se debruçou a detalhar suas ideias sobre a questão escravista, o chamado “elemento servil” na sociedade imperial. Esses textos políticos merecem considerável atenção e será primordial para a análise do pensamento político de José de Alencar sobre a escravidão.

A agitação política no Império nesse período era intensa, desde o parlamento até a imprensa se discutiam questões envoltas na guerra do Paraguai, as reformas políticas e sociais. Se considerava também a questão da escravidão que, com a proximidade do fim da década, começava a apontar entre as pautas de debate, visto o impacto do tema na vida do Império e o abalo que a fala do trono provocou em 1867.

Essa série de cartas abertas, gênero textual comum no meio político da época, permitiam o desenvolvimento do assunto político de forma leve sem o peso da linguagem formal dos tratados e artigos. Por serem abertas, não visavam apenas o interesse entre os correspondentes, mas a ideia era atingir o interesse coletivo, assim a carta era endereçada a pessoa o do Imperador, mas, não unicamente este, a corte, o parlamento e a elite carioca, então súditos do Império, também eram visados por Alencar. Era um meio de comunicação com estes, embora não era que o público geral não se interessasse, porém, estes não eram o alvo, tais cartas tinham o objetivo de alertar as camadas superiores sobre o destino que deveria ser dado aos escravizados no país, saíam toda terça-feira, e eram vendidas nas ruas e livrarias do Rio de Janeiro (CARVALHO, 2009, p.10).

Tais cartas (documentos) nos revelam muito, trazem importantes informações sobre o modo de pensar e a convicção de Alencar em seus argumentos e suas ideias sobre a situação política, a figura do Imperador, a participação do povo e o próprio sistema representativo monárquico. Porém, iremos nos deter em seus argumentos sobre a emancipação dos escravos, com o objetivo de extrair a individualidade do homem político e seu o pensamento.

1.4 O Erasmo brasileiro: as cartas políticas e a emancipação pela via indireta

A primeira carta a tratar da emancipação, de 15 de julho de 1867, quase dois meses apenas depois da Fala do Trono que anunciava a intenção de promover uma reforma sutil no sistema escravista, José de Alencar se dedica a advertir e exortar o Imperador dos efeitos negativos a partir da forma que vinha sendo conduzida a questão escravista no Brasil, procurando fazer com este revisse seus atos que vinham causando agitação no meio político no parlamento, na vida social e na imprensa jornalística.

Na carta, Alencar expõe seu ponto de vista e argumenta na tentativa de fazer com que o Imperador entendesse que ceder às pressões estrangeiras para encaminhar medidas emancipacionistas, seria vaidade em busca de uma falsa glória. A seu ver, se o Brasil ainda não detinha prestígio exterior, seu monarca não deveria almejá-lo, pois, segundo ele, a “verdadeira glória” é “póstuma”, e os cortejos que o imperador vinha fazendo a opinião estrangeira eram “verdadeiros golpes, e bem profundos” na nação brasileira, dentre os golpes, aquele de imediato impacto estava a emancipação enquanto “questão máxima do dia” (ALENCAR, 2009, p.278).

O sistema escravista era um “problema humanitário”. Segundo o autor, não poderia ser conduzido como vinha sendo, pois, além de ser “um fato social”, uma “instituição santa” a ela se prendiam “graves interesses de um povo” e, portanto, “basta para merecer o respeito” (ALENCAR, 2009, p.279; 283). A escravidão estava entranhada na vida, no costume, na cultura brasileira, era mais que apenas um meio de alavancar o setor econômico, a escravidão movia quase todos os setores da vida da sociedade imperial.

A escravidão no ideal de Alencar era um aspecto indispensável, e representava,

O primeiro impulso do homem para a vida coletiva, o elo primitivo da comunhão entre os povos. O cativo foi o embrião da sociedade; embrião da família no direito civil; embrião do estado no direito público (ALENCAR, 2009, p. 284-85).

Alencar não nega o “aspecto repugnante” da escravidão na qual os homens eram reduzidos “ao estado de coisa”, e concebe que tal forma “rude” é “um instrumento de civilização” e “desenvolvimento social”, era o meio pelo qual o “homem selvagem que se instrui e moraliza”, sem esse “elo primitivo” a “marcha da humanidade seria impossível” (2009, p.284). Era considerada por ele um mal necessário.

Para Alencar, foi a partir de tal regime que a nação pode se consolidar, foram os “bons efeitos” gerados pela escravidão que permitiram que o território adverso do início da colonização, o novo mundo, pudesse florescer. A seu ver, se os europeus que chegavam sonhando com uma terra de riquezas se recusavam ao trabalho braçal, o tráfico de africanos foi

suscitado por tal “necessidade suprema”, pois, “sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria ainda hoje um vasto deserto” (2009, p.289).

A forma como o parlamento vinha encaminhando a questão escravista, elaborando o a lei de 1871, desagradava a Alencar ao misturar as questões da nação com interesse em adquirir fama por parte do imperador. As vozes ditas filantrópicas do exterior também não lhe convenciam, para ele tudo não passava de “falsa filantropia”, pois, segundo seu raciocínio foram os europeus que iniciaram o tráfico de africanos para a América. Na condição de consumidores dos produtos de origem de mão de obra escrava, praticavam apenas uma filantropia de gabinete, e não podiam condenar a escravidão. Alencar expressa que,

O filantropo europeu, entre a fumaça do bom tabaco de Havana e da taça do excelente café do Brasil, se enleva em suas utopias humanitárias e arroja contra estes países uma aluvião de injúrias pelo ato de manterem o trabalho servil. **Mas por que não repele o moralista com asco estes frutos do braço africano?** Em sua teoria, a bebida aromática, a especiaria, o açúcar e o delicioso tabaco são o sangue e a medula do escravo. Não obstante, ele os saboreia. Sua filantropia não suporta esse pequeno sacrifício de um gozo requintado; e, contudo, exige dos países produtores que, em homenagem à utopia, **arruinem sua indústria e ameacem a sociedade de uma sublevação** (ALENCAR, 2009, p. 306-307 grifo nosso).

Segundo Alencar, se os filantropos europeus tanto condenavam a escravidão, deveriam se abster dos produtos advindos do suor do escravo, e se não o faziam, não deveriam de modo algum intervir no encaminhamento de medidas emancipacionistas no Brasil, pois, um país ainda recente independente, agrário e dependente de mão de obra escrava, não podia simplesmente abrir mão de sua principal força de trabalho e muito menos abolir tal instituição a duras penas para a indústria (lavoura) ainda incipiente.

O escritor postula que eles precisavam entender que a escravidão tinha seu tempo e se extinguiria “pela revolução das ideias” através da mudança na índole, e se nas respectivas colônias dos países europeus (Inglaterra e França) a abolição foi encaminhada não por pressão, mas, ao contrário para atender seus próprios interesses, num determinado contexto, onde a escravidão não ameaçava o meio social e sua indústria podia absorver a mão de obra sem colocar o país em risco de uma crise financeira, mediante isso, não podiam cobrar do Brasil postura contrária. Se levarmos em conta a jornada de trabalho e a remuneração de tais trabalhadores, veremos que praticamente estes continuavam quase que sob regime de escravidão.

O deputado considera que ao longo da história mundial a escravidão teve seu auge e seu declínio desde Roma ao Feudalismo, para ele as “Mais bárbaras instituições, porém, do que a escravidão já existiram e foram respeitadas por nações em virtude não somenos às modernas” (ALENCAR, 2009, p.284). Se “o primeiro capital do homem foi o próprio homem”

(ALENCAR, 2009, p.287), as investidas travestidas de filantropia para que medidas emancipacionistas fossem tomadas eram demasiado precipitadas.

Erasmus segue uma linha de pensamento na defesa de suas ideias, argumentando a fim de garantir que suas advertências sejam transmitidas com todo decoro e que alcancem seu fim, é enfática especificamente na segunda carta sobre a emancipação. A defesa de Alencar de que a escravidão ainda era urgente e necessária para o país, embora tivesse tal instituição quase três séculos e meio, a fusão das raças ainda não estava completa e apenas o tempo iria se encarregar do “amálgama das raças”, um processo fisiológico e lento, mas, extremamente benéfico, pois, “a raça branca, embora reduzisse o africano à condição de uma mercadoria, nobilitou-o não só pelo contacto, como pela transfusão do homem civilizado” (2009, p.296).

Apenas quando a miscigenação, o “amálgama” segundo Alencar estivesse completo, quando o sangue branco fosse inteiramente transportado ao negro escravizado, quando fosse operado o branqueamento, a escravidão iria findar “como o ancião consumido pela longevidade que se despede da existência adormecendo” (ALENCAR, 2009, p.296).

Uma das possíveis soluções para a questão escravista era para ele pura e simples, “Resolve-se a escravidão pela absorção de uma raça por outra” (ALENCAR, 2009, p.296). Nesse ponto das ideias do autor, a imigração seria outro X da questão, seria através da população imigrante que o amálgama se realizaria, trazendo “sangue vigoroso no organismo do país enervado pelo trabalho escravo” e então, conforme Alencar a escravidão seria extinta “sem lei abolicionista, sem comoção nem violência” (2009, p. 319).

Percebe-se que para José de Alencar seria para o bem comum de todos que a escravidão não fosse interrompida de forma abrupta ou que se efetuasse a abolição ou qualquer medida emancipacionista instantânea, também não seria pela forma da lei o correto a se proceder. Ele argumenta que a escravidão se resolveria pela “caduquice moral, pela revolução lenta e soturna das ideias” (2009, p. 306). Processo este que, a seus olhos, já estava em pleno curso na sociedade, aos poucos o espírito generoso do caráter brasileiro “transforma sensivelmente a instituição” (ALENCAR, 2009, p.328). Para o Erasmus brasileiro não existia mais escravidão no país, existia apenas “um simples usufruto da liberdade, ou talvez uma locação de serviços contratados implicitamente entre o senhor e o Estado como tutor do incapaz” (ALENCAR, 2009, p.309).

Embora em lei a escravidão perdurasse, para o político Alencar, “a razão pública já elevou o cativo” a “condição de homem” (2009, p.309). Pois lhe era permitido o acúmulo de pecúlio, a lavoura, o casamento, meios com que podia emancipar-se e entrar na sociedade. O que nos leva a refletir e indagar, em quais condições aos “homens de cor” se daria essa inserção

na sociedade? Para ele seria necessário que a “massa bruta” fosse educada pelo cativo, até que o nível da população livre fosse maior que a população cativa, assim, como em outras colônias europeias se tinha procedido, quando estivessem mutuamente em igual nível, a escravidão entraria nos seus últimos dias (ALENCAR, 2009, p.313).

Em sua última carta, depois de ter deixado explícito argumentos sobre o projeto de lei formulando uma proposta de substituição lenta e gradual, com o trabalho servil e livre sendo realizado de maneira simultânea, Alencar é direto a respeito de sua opinião “eu o condeno” (2009, p.326). No seu ponto de vista, assim como a escravidão teve um início ela teria um fim, se “Nenhuma lei a decretou; nenhuma pode derogá-la” (ALENCAR, 2009, p.310).

A proposta de uma emancipação lenta era perigosa e ilusória. Na concepção de Alencar se tivesse de promover a libertação que fosse “o meio pronto, súbito, instantâneo”, enquanto os escravos ainda respeitavam o regime escravista, caso contrário, revoltas poderiam ocorrer, considerando que a população escravizada era bem maior que a população livre formando verdadeiros “núcleos poderosos de insurreição”, assim o caos social seria atizado pelos impactos dessa lei em formulação, que visava libertar filhos de escravizadas, essa geração que se tornaria livre seria na visão alencariana “a primeira a revoltar-se para arrancar ao cativo seus progenitores” (2009, p.327). Poderia chegar ao ponto de “desencadear a guerra social, de todas as guerras a mais rancorosa e medonha” (ALENCAR, 2009, p.303).

Conforme as ideias tecidas por Alencar, se a escravidão era marcada pela benevolência do senhor, se a revolução de costumes vinha operando, fazendo o escravo ter gratidão por ser bem criado pelo seu senhor ao invés de fazer este seu inimigo, tudo estava aparentemente sob controle, a questão era ter em mente que a emancipação naquele momento era inviável, seria destruir os braços da indústria, lançando o país na destruição e na desonra internacional. Alencar chega à conclusão de que,

A única transição possível entre a escravidão e a liberdade é aquela que se opera nos costumes e na índole da sociedade. Esta produz efeitos salutares: adoça o cativo; vai lentamente transformando-o em mera servidão, até que chega a uma espécie de orfandade. O domínio do senhor se reduz, então, a uma tutela benéfica (ALENCAR, 2009, p.328).

1.5 A reforma servil: sessões de julho de 1871

No período de publicação das últimas cartas da série **Novas cartas políticas de Erasmo**, José de Alencar ascende ao parlamento ocupando o cargo mais alto de sua carreira política, ministro da Justiça, permanecendo até o ano de 1870. Desafetos foram marcantes na vida de Alencar, muitos advindos de seu temperamento. Depois de fortes desentendimentos com o

imperador D. Pedro II e colegas do ministério, ele deixa o cargo, retornando a cena política enquanto deputado estadual pelo Ceará.

Passado as comemorações do fim da Guerra do Paraguai, as questões em torno da reforma escravista voltaram a tona. Em 1870 é criada uma comissão para discutir a questão, tudo contra a vontade de Alencar (ALENCAR, 1871, p.61). O qual afirmava que deveria ter travado maior resistência. O ano seguinte (1871) é marcado por acalorados debates em torno da promulgação da Lei do Ventre Livre, durante as sessões da câmara para discussão sobre essa medida, Alencar toma seu lugar na tribuna a fim de defender seu posicionamento. A seguir, analisaremos os discursos dos dias 10 e 13 de julho.

Naquela segunda-feira, 10 de julho, durante a sessão na câmara de deputados no Rio de Janeiro, Alencar posiciona-se contra a referida lei, como uma questão de consciência própria, um dever (1871, p.60). Na ocasião, Alencar acusa os membros do partido conservador de se separarem e agirem contra os ideais pregados pelo partido, uma vez que deveriam agir com prudência, não votando “leis que affectão interesses graves ou principios cardeaes ao systema” (1871, P.64), e não como vinham fazendo a maioria, apoiando o projeto de lei em discussão, o qual na sua visão iria “abalar profundamente a sociedade”.

No seu entender não havia pressão suficiente para que se entrasse em pauta tal reforma, pois, pressão nacional considerável não havia, a opinião publica se manifestava devido ao governo instaurar a assembleia para tratar do assunto, mas, esta “não exercia pressão alguma sobre o governo” o que havia era uma leve pressão internacional e a vontade do imperador de promover uma reforma, mesmo que moderada, a pressão maior vinha, nas palavras de Alencar “do alto” (ALENCAR, 1871, p.66).

Como anteriormente havia feito nas cartas, Alencar defende que seria o progresso no “melhoramento nos costumes” da sociedade que a regeneraria, fazendo com que dentro de pouco tempo se extinguir-se a escravidão, sem necessidade da intervenção do governo, sem lei, sendo assim:

Seria a emancipação feita pela nação, levada a effeito por um impulso nobre da sociedade brasileira. (Apoiados.) Pois esta gloria o governo nos quer extorquir (apoiados), quer esbulhar della o paiz, e fazer um tropheu para... não direi para quem (ALENCAR, 1871, p.65).

Novamente, ele toca na delicada questão de atribuir ao imperador a busca de glória própria, a câmara se levanta contra tal proferimento, atestando que não estava em discussão a coroa ou o imperador. Alencar reconhece que era inviolável a figura do imperador, embora, não compartilhe dessa ideia em relação aos atos deste, uma vez que representa o governo (1871. p. 67).

Para Alencar a atitude do imperador de responder a carta da Junta Emancipacionista Francesa anunciando que iria promover “uma reforma a respeito do elemento servil” foi algo “premature” e que se deveriam “reagir e combater essa propaganda”, pois, desconsiderava o parlamento, e mostrava a ineficiência do sistema representativo brasileiro (1871, p.69-72).

O projeto de lei que estava sendo pensando era para Alencar:

uma idéa funesta que é a do ventre livre, contra a qual me empenharei com todas as forças, porque entendo que hade ser fatal (apoiados da opposição) e hade produzir calamidades capazes de apavorar o proprio governo (ALENCAR, 1871, p. 72-73).

O deputado se propõe a se opor com todas as suas forças, ao projeto de lei em discussão, e, é exatamente o que empreende no discurso da sessão de 13 de julho, neste ele decide protestar veemente contra a medida, a qual considera uma “grande calamidade social que sob a mascara da lei ameaça a sociedade brasileira” (ALENCAR, 1871, p.73).

Durante essa sessão Alencar defende novamente e com mais força seus pensamentos sobre a forma como deveria ser conduzida a questão servil no país, adverte que não era tempo de se deter em tal questão, outras medidas poderiam ser discutidas, seriam mais urgentes e causariam menor impacto, mas, eram deixadas de lado por não terem os cortejos da filantropia europeia.

Seus argumentos corroboram que a questão da emancipação do ventre vinha sendo tratada de forma mecânica como um “automato”, de forma errada e sem estudo, para uma reforma de tal dimensão:

O Brasil tem representado nesta magna questão o papel de uma criança, de cujos destinos se decide sem consultar-lhe á vontade. Para emancipar o elemento servil, é preciso dizêl-o, começarão reduzindo este paiz livre e independente, este paiz soberano, á condição de um servo que se move ao senho do senhor (ALENCAR, 1871, p. 77).

Para Alencar, sem considerar a vontade nacional com relação à emancipação do ventre, colocaria em risco a indústria brasileira (lavoura) e reduziria a condição do país no cenário internacional, fazendo-o servo dos filantropos, “apostolos da anarchia” (1871, p.78). Como se referia Alencar àqueles que apoiavam a promulgação da lei, os quais pretendiam, a seu ver, sacrificar o progresso da nação em busca de fama.

A liberdade imediata seria uma total irresponsabilidade, para ele as coisas deveriam ser feitas de maneira que se concedessem as “massas brutas” um melhor tratamento, assim usando a palavra fala na tribuna:

Nós queremos a redempção de nossos irmãos, como a queria o Christo. Não basta para nós dizer á creatura, tolhida em sua intelligencia abatida em sua consciencia: — “Tu és livre; vai; percorre os campos como uma besta fera! “Não, senhores, é preciso esclarecer a intelligencia embotada, elevar a consciencia humilhada, para que um dia, no momento de conceder-lhe a liberdade, possamos dizer: — “Vós sois homens, sois

cidadãos. Nós vos remimos não só do captiveiro, como da ignorancia, do vicio, da miseria, da animalidade em que jazieis!” (ALENCAR, 1871, p.79).

Antes de se encaminhar qualquer medida emancipacionista, no pensamento de Alencar, se deveria garantir a massa escravizada condições para a inserção na sociedade, não bastava simplesmente libertar, antes dever-se-ia lhes introduzir a civilização, como se estes não fossem dotados de consciência, para que então quando alcançassem *o status* de homens livres se mostrassem úteis à sociedade e não “hordas selvagens atiradas de repente no seio de um povo culto” (1871, p.79). O país ainda necessitava da mão de obra escrava, não era tempo de promover a reforma, para ele, os proprietários de escravos, vinham sofrendo pressão para que não se colocassem contrários a lei, para não serem levados a ruína como ocorreu no processo dos Estados Unidos (Guerra de Secessão).

Na ótica alencariana tudo era um planejado golpe de Estado, que negava que o poder do governo era amparado pelos proprietários da terra e almejavam provocar desordem, tal reforma “producto de fabrica européa” (ALENCAR, 1871, p.81-87). Sobre a qual estavam completamente fascinados, seria um abismo no qual pretendiam atirar a nação, a intervenção do governo na questão seria fatal, era a revolução social costumes pela qual a sociedade vinha passando que iria aos poucos fazer desaparecer a escravatura do “seio da sociedade brasileira” esta iria se resolver por si só. Mas, caso fosse aprovada desencadearia “funestos effeitos que ha de produzir no paiz esta reformaimprudente” (ALENCAR, 1871, p.97).

A escravidão enquanto um mal herdado, contaminava a sociedade, era preciso corrigir esse “erro passado”, mas, promover a libertação do ventre não era a forma correta, o deputado cearense versa que retirar a esperança de libertação para aqueles que labutam condenando-lhes a eterna escravidão e dando a oportunidade de libertação a aqueles que nascessem em determinado momento por simplesmente não terem sido gerados e nascidos antes, provocaria enorme tensão, levando a discórdia, traria cenas mais horríveis que nem os trezentos anos de escravidão no país haviam apresentado (ALENCAR, 1871, p.100).

Para o bem da “raça infeliz” e de toda uma nação deveria se operar uma medida que não trouxesse abalo e nem comoção, a forma mais segura de proceder nessa questão era a “revolução dos costumes”.

Alencar reitera que:

Senhores, é factó reconhecido, a moderação e doçura de que se tem revestido sempre e ainda mais nos ultimos tempos, a ‘instituição da escravidão em nosso paiz. Nossos costumes, a indole generosa da nossa raça, impregnarão essa instituição de uma brandura e solitudine que a transformarão quasi em servidão (ALENCAR, 1871, p.98).

Seria essa a única via enxergada por Alencar para que se conduzisse a questão, assim, o tempo se encarregaria de resolver, em seus cálculos, “em menos talvez de 20 anos a escravidão estaria por si mesma extinta” (1871, p.101). A generosidade não seria sufocada, as raças permaneceriam unidas sob caráter de moderação, sem nenhuma impaciência a qual mostrava a câmara, mas, José de Alencar muito bem sabia que se a pedra já estava lançada, restava apenas tentar minimizar seu impacto.

A posição adotada e defendida por José de Alencar, tanto nas cartas quanto posteriormente em seus discursos, de opor-se diretamente a lei que libertaria o fruto do ventre escravo, preferindo a opção de uma libertação lenta e gradual, lhe renderam ao longo dos anos a alcunha de escravista e retrógrado, como membro do partido conservador que se opunha a ideias abolicionistas, pode ter contribuindo para acentuar essa visão que se faz do autor, é tamanha tal fama, que suas cartas sobre a emancipação, são muitas vezes referidas no meio historiográfico como cartas a favor da escravidão.

Por outro lado, em sua breve passagem como ministro da Justiça, Alencar empreendeu um decreto que proibia a exposição de escravos para as vendas no mercado do Vale do Valongo (ALCÂNTARA, 2009, p.9). Diversas medidas emancipacionistas como as leis de proibição do tráfico, a lei do ventre livre e a lei dos sexagenários, foram todas aprovadas por gabinetes conservadores, partido do qual era membro (CARVALHO, 2008, p.224).

Algumas de suas obras apresentam personagens negros em destaque, os dramas teatrais o **Demônio Familiar** (1857) e **Mãe** (1859), que foram tidos como denunciadores das condições desumanas da escravidão, todas essas questões geram certo confronto, entre um Alencar escravista ou abolicionista.

A forma de pensar de Alencar, de um homem em sua época, com marcas de uma formação baseada no seio de uma cultura escravista, conforme exposto na análise feita aqui de seu pensamento político com respeito a escravidão, não esteve isento de ter sido marcado pela influência de ideias eugenistas e teorias raciais que afloram com o racismo científico que toma corpo e força no Brasil na segunda metade do século XIX,³ que influenciaram consideravelmente o pensamento sociopolítico do período.

O político cearense defende uma forma de emancipação a sua maneira, sem medidas precipitadas, pregando que precisava antes salvaguardar o direito a propriedade dos senhores

³ O conceito de raça, as interpretações biológicas de comportamento, as visões monigenistas e poligenistas, a antropometria, a frenologia, a craniologia e o branqueamento, pautados nas noções de civilização e progresso, o racismo científico e o imperialismo, andam lado a lado, sobretudo, a partir do terceiro quartel do século XIX, irradiando da Europa e exercendo influência no pensamento brasileiro, conforme analisado por SCHWARCZ (1993).

de escravos e a mão de obra para a lavoura, considerando também que antes de qualquer medida deveria se elevar a inteligência dos negros escravizados para que somente assim pudessem partilhar a vida em sociedade, fora do cativo, lembrando que isso tudo de uma forma lenta e gradual, que se estenderia ao longo dos anos, a seu ver mais adequado do que apenas libertar sem condições de inserção social.

O processo para Alencar era bem mais complicado e complexo do que entendiam os parlamentares, esse modo, às vezes contraditório de pensar o elemento servil e a melhor maneira encaminhar uma reforma, ao mesmo tempo em que repele o escravo, em determinado momento se refere a estes, enquanto “nossos irmãos” (1871, p.79). Como se fossem semelhantes e iguais, o que sabemos que na conjuntura diária da sociedade oitocentista não se dava de tal maneira, o escravo era tido como completamente oposto a seus senhores cultos, pertencentes a condição de “massa bruta”, mantendo a hierarquia vigente.

O autor coloca várias vezes que a “revolução dos costumes” na estrutura familiar, era a chave para o dilema, o tempo era o senhor que comandaria o desaparecimento da escravidão, sem necessidade de intervenção direta por qualquer via do Estado, sem comprometer os proprietários e sem transtornos, desenraizando aos poucos a escravidão da estrutura, processo que já estava em pleno curso, visto que a instituição para ele já não passava de uma doce servidão, o que denotam que talvez em suas cartas abertas, ele desejasse plantar e regar essa semente nos corações de seus leitores.

Que Alencar tinha interesse em como se daria a emancipação ou medidas que encaminhasse para esse fim, disso não temos dúvidas, o extensivo material dedicado à questão nos mostra, mas, acreditar em sua própria maneira de ver o mundo e a questão escravista, lhes colocou um poderoso peso pela posteridade, não compartilhamos da ideia de colocá-lo enquanto escravista ou abolicionista, tais termos seriam reduzir o pensamento do autor a certas determinações, seus posicionamentos não lhe faziam um abolicionista e muito menos escravagista, no entanto, preferimos tratar que Alencar colocava-se a favor da emancipação, dentro de sua perspectiva, atendendo determinados aspectos por ele registrados em seus escritos, e não da forma como vinha sendo conduzida (MAGALHÃES, 2015).

Traçado e analisado o posicionamento político de Alencar com respeito à escravidão e a emancipação, a fim de conduzimos o objetivo desse trabalho, antes de considerarmos se e como seu pensamento político se reflete em sua obra literária **O Tronco do Ipê**, iremos analisar como o negro e a escravidão foram retratados no meio literário ao longo do século XIX marcado pela literatura romântica, e, mais especificamente, a forma em que estes são abordados nas obras literárias alencarianas.

2 O negro na literatura romântica do século XIX e no discurso literário alencariano

A literatura enquanto forma de expressão de sentimentos e pensamentos têm a possibilidade falar do mundo de forma livre, simbólica, metafórica, de registrar os acontecimentos de seu tempo, os anseios de sua época, os pensamentos dos que a escrevem e sobre aqueles de quem escreve, é uma arte de inúmeras possibilidades. A literatura do século XIX não está isenta de tais aspectos, produto do seu tempo e das condições socioculturais que permeavam a vida de seus autores, através dela podemos ter acesso a fragmentos do passado registrados sob a ponta de pena, que a luz do presente podem ser importantes documentos para estudarmos questões significativas de uma época.

Para compreendermos como a figura do negro é retratada nas obras literárias românticas do século XIX, antes algumas questões precisam ser entendidas, a fim de que possamos entender o lugar a este relegado.

No meio literário do século XIX, a maior expressão se deu pelo gênero de escrita literária e artístico romântico, as obras circunscritas nesse período se classificam enquanto românticas não por suas expressões sentimentais, mas, por se encaixarem dentro de determinados padrões característicos do gênero e do estilo de escrita. Embora possamos ressaltar que tais aspectos não são fechados em si, existe uma diversidade presente dentro de toda tendência literária, inclusive dentro do romantismo (KLINGER, 2013, p.90). Podemos afirmar que, em cada sociedade em que o romantismo se manifestou, adquiriu significâncias múltiplas e especificidades regionais. Por isso, podemos falar em romantismos, considerando as periodizações das gerações de autores e o contexto histórico em cada país, tendo um romantismo alemão, inglês, francês, português, brasileiro, etc. (GONÇALVES, 2009, p. 431).

No caso Brasileiro, o romantismo adquire peculiaridades advindas do contexto cultural, político e social do século XIX, encontrando aqui “terreno fértil para se desenvolver” (KLINGER, 2013, p.104). Pois, com a vinda da família real, em 1808, todo um aparato administrativo aportou no Brasil, além da implantação de bibliotecas, tipografias, academias, teatros e museus, vários novos hábitos foram introduzidos, o que contribuiu para o desenvolvimento da imprensa brasileira e aumento da atividade intelectual e cultural no país (SCHWARCZ, 1998, p.1-2).

Posteriormente, os tempos de intensa agitação com a consolidação da independência política do Brasil e seus desdobramentos, como: a fundação do Império, a abdicação de D. Pedro I, em 1831, o fortalecimento da ação do Estado nos turbulentos tempos da regência –

repletos de revoltas que apenas findariam em meados de 1849 – e, a subida de D. Pedro II ao trono, em 1841, como imperador, foram eventos que provocaram intensa inquietação social e política em todo território da jovem nação, que em um curto período de tempo havia experimentado fatos históricos que repercutiram intensamente (MATTOS, 2009, p.17-25).

O Brasil enquanto nação independente no plano político e econômico, não mais sob a alcunha de colônia, precisava afirmar-se como nação, numa tradição de civilização e progresso no plano internacional, nas palavras de Guimarães: “impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações” (1988, p.6). Assim, o processo de fortalecimento da monarquia, a construção e consolidação do Estado e da nação, nos diversos aspectos, começam a ser delineados.

Tal construção estava sendo estimulada pelo desejo da manutenção da unidade territorial e social que vinha sendo ameaçada desde as revoltas regenciais, mas, principalmente, pela manutenção do sistema escravista e da posição ocupada pela elite. De acordo com o pensamento de Ricardo Salles,

Emergindo de um passado colonial e situado num contexto internacional cada vez mais interdependente pela expansão do capitalismo, o projeto imperial, antes de mais nada, buscava um estar no mundo que legitimasse a sociedade escravista brasileira. Para tanto, era necessário partilhar dos parâmetros civilizatórios dominantes do ocidente europeu, e, ao mesmo tempo, afirmar a novidade americana do projeto imperial para a sociedade em formação (SALLES, 1996, p. 70-71).

Nesse contexto, o nacionalismo se apresentou como a chave para esta finalidade, o qual havia de ser fomentado entre o povo levando-os a compartilharem um sentimento pela nação que despontava para o mundo. A ideia era fazer com que pernambucanos, cariocas, paulistas, baianos, cearenses, etc., pensassem para além dessas especificidades regionais e se reconhecessem como brasileiros, como súditos do Império do Brasil, unidos sob tal alcunha e sem almejem separação.

O plano cultural e literário também foi visado pelo Estado para auxiliar na construção simbólica dessa nação emergente, a ideia era “promover no campo cultural aquilo que a Independência promoveu para o campo social” (KLINGER, 2013, p.105). Reforçando “a ideia de singularidade da nova nação através de uma arte e uma literatura explicitamente colocadas a este serviço” (SALLES, 1996, p.76). Tendo em vista que três séculos de colonização, havia produzido noções, valores, traços culturais, hábitos, costumes e uma língua que diferenciava a antiga colônia de sua antiga metrópole e agora deveriam ser deslocados a serviço para a construção de uma identidade nacional (SALLES, 1996, p. 79-80). Caberia resgatar a nacionalidade submetida ao domínio cultural estrangeiro, procurar as originalidades e

particularidades, sem negar a base europeia, colocando-se enquanto continuadora do processo civilizatório iniciado pelos portugueses, dessa forma, o gênero literário romântico oitocentista forneceu nesse período as características essenciais para tal feito.

É nesse contexto que se pode entender a fundação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) meio oficial, mas, que se definia de “caráter científico-cultural” sob proteção, assíduo interesse, participação e apoio financeiro do ainda jovem imperador e a tarefa por este órgão empreendida, que visava fornecer a direção para a concretização de traçar a nacionalidade brasileira. Os intelectuais nele envolvidos, as elites letradas e econômicas imperiais se debruçam a construir a gênese da nação brasileira, “realizando a tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se quer definir para a Nação brasileira” (GUIMARÃES, 1988, p.7). Tendo como finalidade esboçar os parâmetros para se definir uma memória histórica nacional que levaria a criar uma identidade nacional, integrando as diversas regiões do Brasil e suas realidades numa totalidade, é, sobretudo, uma leitura da história desenvolvida para legitimar o presente, carregada de sentido político e ideológico.

Em torno dessas questões que o IHGB vai se constituir um precioso veículo para difundir conhecimento, além de contribuir com o meio literário exercendo influência em vários poemas e romances do período, a partir dos estudos e parâmetros estabelecidos pelo instituto, de forma bastante ativa entre 1837 e 1869. Pois, foi durante esse período que, cabia aos historiadores recuperar a memória histórica nacional e aos literatos difundi-la e popularizá-la, enquanto meio de maior abrangência de público e capaz de penetrar no imaginário coletivo, formando assim um elo entre o meio literário e órgão oficial (GUIMARÃES, 1988, p.37).

Dessa maneira, os letrados, principalmente, os escritores românticos⁴, se debruçaram em suas produções a criar e divulgar esse sentimento de “ser brasileiro” com uma identidade única, “representar a “cor local”, num esforço por imaginar e materializar o caráter único, selo de identificação, das terras e das gentes do jovem país em formação” (GONÇALVES, 2009, p. 429). A fim de unir as gentes dos quatro cantos do recém-nascido Brasil, como também promover a autonomia intelectual e cultural, libertar de vez as amarras com Portugal, deixando de lado temas e formas de criação literária baseadas na Europa, e criando uma literatura propriamente brasileira, uma memória de um passado glorioso da formação da nação que

⁴ Embora não apenas por estes, intelectuais e historiadores estiveram presentes dentro do debate indianista, entre eles João Francisco Lisboa e Francisco Adolfo de Varnhagen, corroborando para com a noção de que o movimento indianista não foi puramente literário, mas, como procuramos mostrar aqui, esteve atrelado á realidade social e política, em conformidade com o defendido por David Treece, em seu estudo: **Indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra.**

agregasse a todos e despertasse nestes o sentimento de pertencimento a pátria. Em se tratando do meio literário brasileiro, o século XIX foi o século do Romantismo.

Nessa busca histórica, “a tarefa que se colocava era a de produzir uma história fundada nas tradições, que demonstrasse a identidade entre o novo Estado e as raízes nacionais” (SALLES, 1996, p.31). Voltar-se as origens coloniais e a Portugal não era o almejado. Considerando as origens históricas do passado brasileiro que se queriam popularizar, o elemento indígena ganha papel de destaque nas narrativas, “a literatura veicula a imagem do indígena como portador da “brasilidade”” (GUIMARÃES, 1988, p. 12). Seja na poesia ou nos romances, seria o índio considerado o autêntico representante das terras que vieram a se tornar o Brasil, o índio na condição de primeiro habitante e o elemento estrangeiro europeu ambos em comunhão ergueram as bases da nação, visto que o objetivo que se queria atingir era produzir uma visão positiva do passado, uma construção imaginária de um todo, que fomentaria a ideia de pertencimento, estabelecendo a diferença deste para com o “outro” e assim construindo “um mito de nacionalidade que ganhasse o imaginário coletivo” da nação (JUNIOR, 2010, p. 44).

Aos poucos, entre romances e poemas, o romantismo foi aderindo ao projeto imperial, nas obras literárias o indianismo começava a se tornar cada vez mais popular, o índio seria consagrado e elevado ao posto de autêntico representante das terras brasileiras, um símbolo nacional, um índio bom por natureza aos moldes do “bom selvagem” rousseauiano, idealizado para ser o personagem que transpirasse as particularidades dessa nova nação. Nas palavras de Schwarcz, “entre a literatura e a realidade, a verdadeira História nacional e a ficção, os limites pareciam tênues. No caso, a história estava a serviço de uma literatura mítica que junto com ela selecionava origens para a nova nação” (SCHWARCZ, 1988, p. 14).

No projeto imperial de formação da identidade nacional desenvolvida pelos literatos românticos adeptos do indianismo nacionalista, concentrado na exuberante natureza brasileira, no índio e no branco seduzido pela áurea edênica na jovem nação, a figura do negro foi completamente excluída e marginalizada. Lançou-se luz sobre o indígena de inocência primitiva e deixou na sombra o negro, considerado como estrangeiro e indigno de ser representante de uma nação civilizada, apagando a existência deste, tendo em vista, que o conceito de nação no Brasil foi destinado aos brancos (GUIMARÃES, 1988, p.7). Sendo “excluídos aqui aqueles que, por definição, não faziam parte destes interesses: os escravos e a massa da população pobre livre de status indefinido” (SALLES, 1996, p.56-57), contribuindo para camuflar a mancha que a escravidão trazia para a nação.

Todo um alicerce foi erguido e lapidado ao longo das narrativas literárias do romantismo no século XIX de exaltação a um indígena inexistente e apagamento do negro, em detrimento

de sua contribuição na formação da identidade nacional brasileira. Muito em parte, devido, aos padrões estabelecidos e as condições em que este estava inserido desde a era colonial, constituindo a última camada da estrutura social e econômica, mera força de trabalho. É como pontua Antônio Candido:

A mestiçagem com o negro, mais presente e abundante nas regiões povoadas, era considerada humilhante em virtude da escravidão. O indianismo proporcionou deste modo um antepassado mítico, que lisonjeava por causa das virtudes convencionais que lhe eram arbitrariamente atribuídas, inclusive pela assimilação ao cavaleiro medieval, tão em voga na literatura romântica (CANDIDO, 2002, p.89).

Numa sociedade escravocrata e latifundiária, que apenas usufruía do fruto do trabalho escavo, é nesse sentido, que observamos que valorizar o negro seria uma enorme contradição, seria trazer a tona um aspecto degradante da nação, visto que a escravidão era vista como empecilho ao progresso, indo de encontro com objetivo de ressaltar os aspectos positivos da jovem nação, como resume Sodré:

O negro não podia ser tomado como assunto, e muito menos como herói [...] porque representava a última camada social, aquela que só podia oferecer o trabalho e para isso era até compelida. Numa sociedade escravocrata, honrar o negro, valorizar o negro, teria representado uma heresia. Não chegaria a ocorrer aos escritores do tempo, oriundos da classe dominante, e nem teria tido o romantismo, posto nesses termos, afinidade alguma com o mundo dos leitores, também recrutados naquela classe (SODRÉ, 1995, p. 268).

No Brasil o romantismo será “a expressão da classe territorial”, as obras indianistas, principalmente, os romances, são projetados, narrados e destinados à burguesia branca civilizada, estes caem no gosto público das classes abastadas, com ênfase no público feminino, da classe dominante de senhores de terra e escravos, classe essa da qual também faziam parte os literatos, formados nos tempos do Primeiro Reinado e da Regência. No bojo do sistema escravista, expressam bem os sentimentos nos quais foram moldados numa áurea de nacionalismo e progresso. Nas obras que mostravam um país longe de sua real verdade histórica, incluir o negro poderia ser danoso a imagem do escritor que precisava dar satisfações ao gosto público e “representaria um contra-senso histórico, evidentemente, se o elemento valorizado tivesse sido o negro” (SODRÉ, 1995, p.267).

Em contrapartida, será apenas no fim do período romântico, décadas de 1860 e 1870, que o “negro” e a escravidão enquanto tema literário aparecerão fortemente, principalmente, devido, ao andamento da questão escravista e o declínio da literatura que buscava forjar a identidade nacional, assim, o “toque social” (CANDIDO, 2002, p.71-72) vai marcando e influenciando as obras do romantismo. Podemos destacar que tal afirmação não se deu de forma hegemônica, alguns autores, antes mesmo desde período, versam sobre o negro escravo e a escravidão, o interesse pelos romances regionalistas, entra em forte ascensão a partir da segunda

metade do século, que concentraram suas narrativas em verso e prosa nos costumes e na cor local tem forte influência sobre o fato.

Analisaremos algumas obras representativas do período, a fim de traçarmos como a imagem do negro foi veiculada na literatura romântica no século XIX.

A prosa poética **Meditação** (1849), de Gonçalves Dias, é uma das primeiras obras a tratar sobre a escravidão. O autor tece uma visão sobre o contexto político e social do Império, a partir da narrativa duma meditação com visões proféticas conduzidas por um ancião em um jovem, nesse meio, atendendo ao teor crítico quanto ao regime escravista veiculado na obra, feito grande parte através de metáforas, como: índios e negros ao redor de um centro de poder, o açoite ao de “cor preta” dominado, o qual pode desencadear a chamado por Dias “rugido da pantera” que provavelmente signifique um levante. Principalmente, se levarmos em conta o período de publicação da obra, ainda marcado pelo medo das revoltas e pela entrada maciça de escravos. *Meditação* apresenta um olhar sobre o todo, no espaço e no tempo frente a cenas dolorosas da escravidão, o poema transparece todo um sistema econômico baseado na mão de obra escrava que sustenta o Império. *Meditação* é, segundo Molina, “uma radiografia que detecta o mal de que padece a jovem nação brasileira: o vínculo colonial com Portugal, ainda em vigor, a escravidão, a (suposta) indolência indígena, o laço ou as correntes nunca cortadas com o passado” (2016, p.237). Já no poema **A Escrava**, Gonçalves Dias traz os sonhos de uma escrava com sua terra, o Congo, e com seu amado, sendo despertada de seus devaneios por seu senhor, tendo que voltar a sua realidade de afazeres enquanto escrava, perpetuando seu clamor “Oh! Doces terras de Congo!”

Uma voz destoante surge em 1859, quando Maria Firmina dos Reis, mulher e mestiça, rompe os limites sociais da sociedade e publica o romance **Úrsula**, o qual por muito tempo ficou silenciado, muito em razão de seu tema e do espaço literário interdito as mulheres e predominantemente masculino. O romance aborda para além da trama central, a escravidão pela visão dos escravizados, estes pela primeira vez ganham nomes Túlio, Susana e Antero, que no romance expressam suas memórias ainda na terra-mãe África, da desumana travessia e seus questionamentos sobre ser livre num país de base escravista. Conforme Andreta, a obra é uma “estratégia autoral de denúncia e combate ao regime sem agredir em demasia as convicções dos leitores brancos” (2013, p. 194-200).

Joaquim Manuel de Macedo, famoso pelo romance **A Moreninha** (1844), retrata os costumes e a sociedade carioca, sendo considerado um marco para a fase do romantismo brasileiro. Publica, em 1869, **Vítimas Algozes**, é um retrato bem exemplar das relações escravistas, sem teor humanista e bem pouco fictício. Através de três episódios diferentes

aborda as relações escravistas, no primeiro caso, um escravo que mata a sua senhora com um machado, no segundo, uma escrava amante de seu senhor, que sob influência de outro escravo, envenena sua senhora e os filhos desta, já no último caso, o de uma mucama que trata junto a um criminoso dar um golpe em sua senhora, tentativa que seria mal sucedida. Macedo visa com a obra mostrar que as grandes vítimas da escravidão, são os senhores de escravos benevolentes, vítima de seus algozes, escravos ingratos e perversos, sendo assim, a emancipação seria o único meio de por fim a tais males (LUFT, 2009, p.6-17).

Reconhecido como poeta dos escravos, Castro Alves usou do poder que tinha para denunciar a condição dos escravizados na sociedade oitocentista, “voltou-se para o negro (...) com uma generosidade e um ânimo libertário que fizeram da sua obra uma força nos movimentos abolicionistas” (CANDIDO, 2002, p.75). Com ele o escravo se tornou assunto nobre da literatura, rendendo um espaço para expor essa questão social em suas obras **Os Escravos, Vozes da África** que denuncia a sua indignação com condições de vida dos escravizados num grito assíduo pela liberdade destes. Em s **O Navio Negreiro** (1870), narra as condições desumanas as quais eram submetidas os africanos durante a travessia nos tumbeiros, o horror do poeta frente à cena de sofrimento, sua angústia diante de tais atos (OLIVEIRA, 2014, p. 167-185).

Castro Alves também incluiu o negro como personagem em seu drama **Gonzaga ou a Revolução de Minas** (1875), nessa peça um ex-escravo sofre com a instituição da escravidão ao empreender a busca por sua filha, nessa busca o personagem acaba por encontrar-se com os inconfidentes, despertando assim a vontade de libertação e seu espírito revolucionário, uma libertação que pode ser entendida, numa luta contra a escravidão.

Um clássico da literatura romântica **A Escrava Isaura** (1875), de Bernardo Guimarães, traz a história de uma escrava, filha de um português e uma escrava negra, que ao decorrer da trama é cobiçada por seu senhor, foge deste, é capturada e acaba liberta por um jovem branco pelo qual é apaixonada. A obra revela certos estereótipos atribuídos ao negro, Isaura é a bela escrava embranquecida, que tratada como branca sofre frente à ameaça de ser tratada enquanto negra, em contraponto, os demais escravos de cor retinta são caracterizados como feios. Em **Uma História de Quilombolas** (1871), também de Guimarães, os personagens negros são retratados como “cruéis, bárbaros e assassinos”. Na condição de quilombolas, os indivíduos negros parecem incapazes de se comportarem de forma civilizada e são descritos como animais, “fera” ou “macaco” (MUÑOZ, 2017, p. 127).

Trajano Galvão, maranhense pouco conhecido, também se preocupou com escravidão e abolição na literatura, e foi de acordo com Santos: “o primeiro a cantar o negro escravo e em

tom sério, isto é, refletindo sobre a condição do ser escravo e do peso da perversa escravidão num mundo só e somente construído, sistematizado e controlado pelo europeu” (2001, p. 1). No poema **Nurajan**, a escrava que leva o nome do poema, em razão de sua tristeza e dor na condição de escravizada se perde em pensamentos e devaneios, sonhando com a liberdade, é uma luta muda contra a condição que lhe é submetida, assim como nos poemas **O Solau**, **A Crioula**, que versam sobre os dramas das escravas. No poema **Jovino, o senhor d’escravos** a escrava Cesarina é perseguida por senhor, o rejeita e tem a vida por este ceifada, Antônio o pai da escrava, acaba por lutar e tirar a vida do senhor de escravos Jovino.

Nesse meio, José de Alencar se destacou com a tríade indianista, seria ele também um autor a mostrar crescente interesse em abordar o negro e a escravidão, em dramas e romances. Em **O Demônio Familiar** (1857), o autor traz o menino escravo Pedro como o demônio que perturbava o seio familiar burguês do qual fazia parte. Na trama, o menino de tudo apronta, fazendo intrigas e provocando mal entendidos entre todos, para conseguir aquilo que almejava. No fim, Pedro é alforriado, o demônio que maculava a estrutura da família é afastado dela, transparece entre os diálogos dos personagens a culpa da escravidão pelas peripécias de Pedro.

Em **Mãe** (1860), Alencar colocava mais uma vez um personagem negro como elemento principal, dessa vez, o lugar foi de Joana, escrava que ao mesmo tempo é a mãe de seu senhor Jorge, embora tal fato seja desconhecido por ele. No desenrolar da trama, Joana, já alforriada se oferece para ser vendida, para em troca ajudar seu filho com problema financeiro, Jorge acaba por concordar com a ideia e vende Joana, pouco depois termina por saber que ela é sua mãe. Em decorrência, o futuro casamento de Jorge é atrapalhado frente a notícia de ser filho de escrava, Joana, por não suportar a ideia de ver seu filho infeliz por tal condição comete suicídio, a fim de limpar da vida do filho a mancha que causara.

Os dramas em que Alencar tratara da escravidão urbana e doméstica suscitam intenso debate no meio acadêmico sobre o teor de crítica ao sistema escravista e uma postura abolicionista com a impressão de sua visão de mundo. Ao revelar os efeitos prejudiciais da escravidão, social e moral, através das figuras de Pedro e de Joana, assim também como sua contribuição para a defesa da emancipação espontânea e da manutenção das relações escravistas na sociedade oitocentista, ao reiterar os valores de seus espectadores, em ambos os casos ser atribuído ao escravo os males que sobreveem a estrutura da família burguesa.

No âmbito dos romances, regionalistas, romance de costumes, Alencar traria o negro e a escravidão para suas obras, dessa maneira, no romance **Til** (1872), Alencar nos traz uma história repleta de melancolia que se passa numa fazenda de café durante o Segundo Reinado no interior paulista. Café e trabalho escravo ocupam significativo espaço na narrativa, nas

descrições dos espaços onde se desenrola a trama violência e barbárie escravistas estão presentes mesmo que de forma velada. Alencar traz a escravidão no espaço rural, entre dois polos, a casa-grande e os espaços agregados, segundo a análise tecida por Barbosa, **Til** é “um romance que trata de estratos menos privilegiados da sociedade sob uma nova perspectiva” (2015, p.57), visto que os personagens principais da trama são a moça mestiça, pobre e dependente (Berta) e João Fera possivelmente descendente indígena, cuja trama é envolta no mistério do assassinato da mãe de Berta, de apelido til que dá nome ao romance.

O Tronco do Ipê (1871), encerra as obras em que Alencar inclui personagens negros na trama, a narrativa do romance se passa numa fazenda da zona da mata fluminense, Rio de Janeiro. O romance é cercado de mistério, isso, porque o garoto Mário desconfia de que o barão proprietário da fazenda seja o verdadeiro assassino de seu pai e tenha herdado ilegalmente as propriedades do mesmo. O elemento negro assume certo destaque ao ser o escravo Benedito a única pessoa que conhece os verdadeiros acontecimentos acerca da morte do pai de Mário.

Vemos nas narrativas literárias românticas do século XIX a veiculação da imagem do negro sob duas perspectivas, em conformidade com Proença Filho, uma imagética que traz o negro como objeto e o negro como sujeito, “tem-se, desse modo, literatura sobre o negro, de um lado, e literatura do negro, de outro” (2004, p.161).

Sob a primeira visão, de uma literatura que fala sobre o negro de forma distanciada, nas obras aqui consideradas, observamos a presença do negro enquanto figura secundária, sempre associada ao trabalho escravo, fala-se mais da escravidão do que do próprio negro. Os personagens apresentam momentos com maior ou menor espaço nessas narrativas, embora raramente se busquem ressaltar as especificidades individuais dos personagens negros, o negro escravizado aparece como uma parte integrada da sociedade, mas, sempre estando a margem dela, numa dualidade onde este é quase invisível, sua voz não é ouvida, seus lamentos frente sua condição são sempre narrados a partir da perspectiva branca.

Nas narrativas ficcionais a escravidão “era mais considerada em seu aspecto urbano e/ou doméstico, o aspecto quando salientado era exatamente o patriarcalismo e não a brutalidade” (SALLES, 1996, p.142). Ao atentarmos para a forma como o negro é retratado nas narrativas, destacamos que apenas inseri-lo não significa comprometimento de causa, essa inserção nas narrativas literárias propagou uma imagem errônea do elemento negro, uma imagem distorcida, caricata, coisificada, alienada, abstrata, uma alegoria representada distante de sua verdadeira condição, nada mais que um enfeite no discurso literário.

Em casos específicos a representação feita do negro é ainda mais acentuada, ao levarmos em conta que na condição de “objeto de dominação era um outro de diferente humanidade e

mesmo coisificado e “animalizado”, reduzido à sua dimensão “natural”, somada a uma tradição ibérica de patrimonialismo e poder pessoal” (SALLES, 1996, p.86). Nas narrativas de Macedo e Alencar, essa visão é corroborada ao vermos que são os brancos que sofrem com a escravidão, não os negros, as atitudes dos personagens não são lidas enquanto ações de resistência frente à condição a que estão submetidos, mas, trazidas a tona na intenção de propagar a ideia da falta de humanidade dos escravos que fazem algum mal ao seu senhor. É como se apenas o espírito vingativo fosse evocado sem associação a luta pela liberdade, retrata os escravos como destituídos de humanidade, vilões prontos para cometer quaisquer atrocidades a qualquer momento.

Fala-se sobre o negro e nunca, jamais pelo negro. Este enquanto sujeito, quase não apareceu, são poucos personagens, poucos versos, poucas cenas em histórias que tivesse a presença negra e, por vezes, essa presença é sutilmente diluída nos termos da escravidão. Na condição de personagens, representados como escravos aparecem como os objetos que compõem as cenas, meros detalhes, figurantes, sem participação ativa no enredo e no desenrolar das histórias, suas presenças são dispensáveis, tanto fez quanto faz, simplesmente meros coadjuvantes, objeto de escrita alheia, presentes pelo olhar branco e quase nunca pelo seu próprio olhar, “o negro escravizado, misturado a vida cotidiana em posição de inferioridade, não se podia facilmente elevar a objeto estético, numa literatura ligada ideologicamente à estrutura de castas” (CANDIDO, 2009, p.589).

Outro aspecto da forma como negro foi pintado na literatura romântica, pode ser destacado: negros escravos retintos ou africanos versus os negros escravos mestiços, como aponta Proença Filho:

O personagem negro ou mestiço de negros caracterizado como tal ganha presença ora como elemento perturbador do equilíbrio familiar ou social, ora como negro heroico, ora como negro humanizado, amante, força de trabalho produtivo, vítima sofrida de sua ascendência, elemento tranquilamente integrador da gente brasileira, em termos de manifestações (PROENÇA FILHO, 2004, p. 174).

Apesar de tal caracterização, observamos tais aspectos quando os mestiços nas narrativas, sempre adquirem características melhoradas, são belos, de personalidade dócil e em sua maioria embranquecidos, por outro lado, os retintos são sempre associados ao feio e ao grotesco e de difícil convivência (CANDIDO, 2009, p.590).

Embora, o papel atribuído a todos quer retinto ou mestiço, servia para reafirmar o lugar imposto socialmente a estes, a de uma realidade degradante, sem categoria de arte, sem espaço para ser lenda histórica.

Em se tratando da segunda perspectiva duma literatura do negro, de autoria negra no século XIX, de acordo com Duarte:

Verifica-se a quase completa ausência de autores negros, fato que não apenas configura nossa literatura como branca, mas aponta igualmente para critérios críticos pautados por um formalismo de base eurocêntrica que deixa de fora experiências e vozes dissonantes, sob o argumento de não se enquadrarem em determinados padrões de qualidade ou estilos de época (DUARTE, 2013, p.146).

Embora possamos destacar uma voz dissonante e pouco considerada no meio literário até hoje, Luis Gama, autor negro inserido na estética romântica, porém, nada romântico, vai num caminho bem diferente dos literatos do período. Através das poesias dele, o negro ganha voz pela primeira vez, voz essa autoral. Considerado o fundador do abolicionismo por Heitor Martins, com Luis Gama o negro torna-se protagonista, evocando um discurso literário representativo em que o negro é símbolo da nacionalidade brasileira, a título de exemplificação, no poema **Meus Amores** (1865), Gama versa a beleza negra contradizendo com os padrões da época, e em **Bodarrada** (1859), através da sátira dá um novo tratamento a realidade brasileira, critica o tratamento dado ao negro, os “bodes” de todos os jeitos e cores que pululam de seus versos, são usados para mostrar que todos os brasileiros advinham da mesma base étnica (MARTINS, 1996, p.95-97).

O movimento romântico, com o decorrer da década de 1870, vai dando claros e fortes sinais de decadência, as transformações nos diversos setores da vida. Novas ideias entram em ascensão e encontram terreno na classe média, vão aos poucos abrindo a manifestação literária para novos rumos e caminhos. O público antes assíduo das obras românticas diminuirá fazendo o movimento perder sua preponderância, novos gostos vão atrair os leitores (SODRÉ, 1995, p.334-47). Mas, a marca negativa traçada da imagem negra prevalecerá para além dos versos e prosa romântica, desvelando sua opressão sobre o corpo negro.

A luz das questões abordadas nesses dois capítulos, traçado o pensamento e o posicionamento político de José de Alencar com relação à questão escravista em fins da década de 1860 e início da década de 1870, e analisada a forma como a imagem do negro foi veiculada no discurso literário romântico do século XIX, do qual Alencar é um dos maiores nomes e que refletiu como nenhum outro a tentativa de contribuir para a grandeza literária da nação, assim, passaremos a considerar como a escravidão e o negro foram retratados no romance alencariano **O tronco do Ipê** (1871), e de que forma neste se manifesta traços do pensamento político do autor com respeito ao elemento servil.

3 A casa grande e a senzala em O tronco do Ipê

Entre os romances de Alencar, **O Tronco do Ipê** é um dos menos conhecidos, de cunho regionalista foi publicado em maio de 1871,⁵ sob o pseudônimo de Sênio, no ano do auge das discussões sobre o “elemento servil” em torno da aprovação da lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como a Lei do Ventre Livre, que abriu caminho para o processo de abolição da escravidão no país. Situado na segunda fase das obras de Alencar, **O Tronco do Ipê** apresenta uma narrativa mais realista se comparada às obras indianistas do autor, isso, devido à sua intensa participação política no período e o contexto sócio-histórico situado da produção da narrativa e na própria narrativa.

O romance se apresenta como:

Um texto “entranhado de história” que oferece ao leitor um testemunho complexo sobre os impasses e perspectivas socioculturais que a sociedade brasileira tinha diante de si quando começou a discutir abertamente o fim da escravidão (CARVALHO, 2013, p.2).

Em **O Tronco do Ipê** ganha espaço o ambiente rural brasileiro, com fazendas de café aos moldes dos engenhos de açúcar, com a casa-grande e seus senhores e a senzala e os escravos, uma estrutura patriarcal centrada na monocultura e no trabalho servil.

A trama central do romance se desenrola em meados de 1850, na segunda parte entre anos de 1856 e 1857, indo até meados de 1864, na zona da mata fluminense, província do Rio de Janeiro, precisamente, na fazenda Nossa Senhora do Boqueirão, no Vale do Paraíba. É época em que o alicerce da escravidão embora abalado pela proibição do tráfico, ainda mantinha sua estrutura de domínio senhorial segura e em pleno apogeu, com o crescimento da produção cafeeira, uma década que seria tranquila até o advento da guerra do Paraguai.

O mistério envolvendo os novos habitantes dessa fazenda é o motor do romance, no qual os personagens principais são Mário e Alice. Mário neto do antigo fazendeiro e a garota Alice filha do atual dono da fazenda o Sr. Freitas (barão da Espera), sob o qual cai a suspeita de ter herdado de forma ilícita a propriedade e os bens da fazenda, visto que, o real herdeiro, havia morrido em circunstâncias suspeitas.

O barão, desde muito tempo amigo de José Figueira (pai de Mário), desde sua morte sustentava a viúva e o filho, lhes dando abrigo na fazenda, da mesma forma que foi acolhido quando se tornou órfão pelo pai de Figueira. O menino então recém-nascido, cresceu com a

⁵ Publicado, originalmente, pela casa editorial de B. L. Garnier. Utilizo a edição de 2013 da editora Martin Claret.

suspeita de que o barão era o verdadeiro assassino, e que a morte de seu pai, afogado no lago da fazenda (o boqueirão) não foi obra do acaso, mas, algo premeditado.

A relação entre os donos antigos da fazenda era outro ponto que emanava ainda mais mistério, já que a relação entre pai e filho estava em conflito, devido ao casamento do pai de Figueira com a sua sobrinha, matrimônio desaprovado pelo filho, que prefere sair da casa do pai. Quando o comendador (pai de Figueira) adoece, toda a situação desenhada muda, Figueira com medo de morrer e não acertar-se com seu pai, resolve ir até a fazenda visitá-lo, nessa ocasião eles voltam a se falar, mas, escondem de todas as pessoas a reconciliação, pois, seu pai desconfia que o filho de sua esposa não seja seu e que ela queira herdar todos os seus bens, por ocasião de sua morte. O comendador finge estar endividado e sem meios, passando todas as falsas dívidas para o falso credor Freitas, o qual criara desde adolescente, para que quando morresse este pudesse entregar a Figueira, então legítimo herdeiro da fazenda.

Nessa mesma noite, José Figueira se dirigia a casa de seu pai, quando de forma misteriosa acabara por incidir sobre o lago boqueirão, morrendo ali e tendo o corpo tragado pelas águas do redemoinho.

A morte de Figueira é o mistério que atormenta o jovem Mário, ninguém exceto, o barão Freitas e Benedito, um escravo da fazenda, sabem a verdade sobre o ocorrido. O fato é que Freitas viu o acidente do amigo, tentou salvá-lo e no último instante soltou-lhe a mão. Benedito foi o escravo que viu toda a cena desenrolar perante seus olhos, mas, nunca revelou o que tinha presenciado, enterrou o corpo de Figueira junto ao tronco de um ipê selando assim o acontecimento. O comendador ao receber a notícia acaba por falecer. Com um quadro tão favorável, Freitas muda-se para a fazenda, herdando todos os bens do falecido amigo.

Os anos se passam, os garotos crescem, Mário retorna a fazenda de onde partiu para a Europa para estudar e reencontra Alice, seus sentimentos por ela voltam a aflorar e o Barão lhe oferece a mão da moça em casamento, embora Mário recuse tal oferta, pois, ainda nutre a forte suspeita quanto ao envolvimento do barão na morte de seu pai, que o tempo não apagou.

O barão desesperado pela lembrança de que tivera a oportunidade de salvar o amigo das águas do Boqueirão e não o fez, e pela recusa de Mário a mão de Alice, resolve suicidar-se nas mesmas águas na qual Figueira morreu, Mário salva-lhe a vida, assim como anos antes fizera com Alice. O barão abre-lhe o coração, conta-lhe sobre a morte do pai revelando todo o ocorrido, tempos depois Mário e Alice se casam, todos mudam para a corte fluminense, ficando na propriedade apenas o escravo Benedito e sua esposa. O frondoso ipê permanece diante o tempo como a testemunha de todos os acontecimentos misteriosos da fazenda.

Partindo do exposto, a problemática que nos apresenta é: de que maneira o negro e a escravidão foram pintados na obra, e dado o seu contexto de produção, teria o romance traços do pensamento político de Alencar com respeito à escravidão? Em torno da tentativa de responder as essas questões, este terceiro capítulo é tecido, buscaremos verificar tais indagações não somente pela análise do romance, mas, também através do diálogo com as análises empreendidas por Hebe Cristina da Silva (2004), Dayana Façanha de Carvalho (2013) e Zildete Lopes de Souza (2015).

3.1 A hierarquia social e a imagem dos personagens negros em *O tronco do Ipê*

Toda obra tem os espaços físicos delimitados no qual se desenrolam a história ou as histórias, um cenário construído. Em *O Tronco do Ipê*, marcado por elementos não só ficcionais, mas, também por forte relação com o mundo exterior ao romance, sobretudo, com a sociedade oitocentista, apresenta espaços muito representativos de tal realidade histórica. Um desses espaços, a casa grande da fazenda é o principal deles, ela é habitação de destaque, como nos conta Alencar:

A casa de habitação chamada pelos pretos casa-grande, vasto e custoso edifício, estava assentada no cimo de formosa colina, donde se descortinava um soberbo horizonte (...) Nas fraldas da colina á esquerda estavam as fabricas e casas de lavoura, a habitação do administrador da fazenda e as senzalas dos escravos. Todos estes edifícios formavam um vasto paralelogramo, com um pátio no centro; para este pátio, fechado por um grande portão de ferro, abriam os cubículos das senzalas (ALENCAR, 2013, p.15).

Note-se a posição em que está localizada a casa-grande, na parte alta da colina, “revela o valor da casa e opulência do senhor do café” (SOUZA, 2015, p.108), onde o senhor a todos e a tudo pode ver, em contraposição com a senzala localizada na parte inferior da elevação, é a “moradia grande” e imponente dos brancos num patamar superior, frente aos “cubículos” onde habitavam os escravos. A formação e dispersão dos ambientes e moradas dentro da propriedade afirmam a posição social, prestigiosa ou não de cada integrante daquele meio social, um reflexo da sociedade oitocentista, afirmando a “supremacia da camada economicamente dominante” (SOUZA, 2015, p.108).

Considerável atenção merece também a morada de Benedito (escravo):

Encostada em um alcantil da rocha que avança como um promontório pela margem do Paraíba. (...) A cabana tinha além do primeiro repartimento mais três divisões, a última das quais abria para um terreiro fechado entre paredes de rocha viva. De um lado havia uns degraus que iam ter á margem do rio; do lado oposto via-se uma fenda que dava passagem para a lagoa, e parecia antes uma grota do que uma saída (ALENCAR, 2013, p. 17-54).

Além da representatividade da hierarquia social de superioridade e inferioridade exercida pela casa-grande e senzala, a cabana de Benedito também nos oferece tal sentido, por estar localizada afastada do centro da fazenda, numa posição sem prestígio, construída de forma simples, pois era uma “cabana de sapé” e, principalmente, por ser localizada numa região isolada e temida pelos habitantes daquele lugar, nas margens do lago Boqueirão, a incontável força da natureza, o grande vilão da história, o redemoinho de águas responsável pelas tragédias. O lago adquire na narrativa um tom obscuro, misterioso, quase uma entidade com força própria, situado junto à cabana de Bendito:

As margens cobertas de plantas aquáticas eram cingidas pelos alcantis do rochedo, que derramavam sobre as águas profundas uma sombra espessa. (...) Junto ao rochedo onde estava a cabana, em um seio que formava o lago, a água parecia adormecida e completamente imóvel. (...) apenas, a não ser ilusão da vista, percebia-se uma leve ondulação concêntrica. A extrema velocidade desse movimento esférico era justamente o que produzia a ilusão. Quem não observasse o fenômeno com bastante atenção, afirmaria sem dúvida que ali era, não o eixo do turbilhão, mas o remanso das águas, o seu regaço, onde vinham adormecer as ondinhas da margem. Às vezes a face do lago se arredondava suavemente, e abria uma covinha mimosa, semelhante á que forma o sorriso no rosto de uma moça bonita. Misero de quem, descuidoso, prendesse os olhos ás caricias que borbulhavam ali (ALENCAR, 2013, p. 56).

A imagem que se tem gravada na memória de todos os moradores da fazenda e de seus arredores, é a atribuição de característica fantástica ao natural, é a associação feita entre o lago e Benedito, entre bruxo e bruxaria, que usa seu poder para manipular o elemento da natureza, como veremos adiante.

Já entre os personagens da narrativa, todos os principais personagens inseridos na história são acompanhados de uma descrição ou apresentação, porém, a descrição legada aos personagens negros é quase inexistente, mas, nas entrelinhas da prosa romanesca podemos identificar detalhes importantes, que nos oferece algumas interpretações.

Benedito é o personagem mais trabalhado por Alencar, sua apresentação é diluída na narrativa, concedendo um ar misterioso ao personagem, que vai sendo desfeito aos poucos, pois seu caráter generoso e fiel, o perfil do “bom escravo” vai sendo construído. É o único negro que tem papel relevante no desenrolar do romance, já que Benedito é um dos que detém a chave do mistério sobre a verdadeira morte de seu senhor, embora devamos ressaltar que “não é uma personagem que tem postura ativa na história, embora tenha um papel importante nela (...) não toma nenhuma atitude que interfira no andamento da narrativa” (SILVA, 2004, p. 146). Adquire tal postura não por escolha própria, mas, devido ao seu lugar naquela sociedade, pelas prováveis consequências que poderiam lhe advir, caso revelasse o segredo.

No início do romance, quando o narrador chega à fazenda, palco central da história, encontra Benedito, cuja identidade nos é escondida a princípio, como demonstra o fragmento:

Saía dela (cabana) um preto velho. De longe, esse vulto dobrado ao meio parecia-me um grande **bugio negro**, cujos longos braços eram de perfil representados pelo nodoso bordão em que se arrimava. As cãs lhe cobriam a cabeça como uma ligeira pasta de algodão (ALENCAR, 2013, p. 17, grifo nosso).

Nada sabemos a priori sobre o personagem, a não ser que era um homem negro que saía de uma cabana, possivelmente um “preto-velho” comum aos romances que retratam a sociedade escravocrata, a quem o autor compara com um animal, e um pouco mais adiante, ainda apresentando o homem ao leitor, Alencar nos revela sua condição de liberto, de homem livre, mas, ainda atrelado à fazenda por relações afetuosas e de dependência. Segue-se:

Tomei-o por um preto velho, curvado ao peso dos anos e consumido pelo trabalho da lavoura; **um desses veteranos da enxada, que adquiriram pela existência laboriosa o direito á uma velhice repousada**, e costumam inspirar até a seus próprios senhores um sentimento de pia deferência (ALENCAR, 2013, p.17, grifo nosso).

Embora o narrador tente se mostrar neutro diante das coisas e situações por este experimentadas, nas citações acima, fica claro que a escravidão não lhe causa nenhuma tomada de atitude e muito menos indignação, nela, a liberdade do escravo se deu não pela ordem de lei e nem de percepção do mal da instituição, mas, sim, pelos anos de trabalho e fidelidade ao senhor, uma espécie de recompensa ao escravo, uma “velhice de descanso” para uma vida de trabalho forçado.

Mais adiante na narrativa descobrimos que Benedito era escravo naquela fazenda desde que foi trazido junto a outros escravos quando era ainda “molecote” tornando-se pajem do pai de Mário, e descobrimos ainda sua provável origem étnica, num momento em que o garoto se dirige a casa de Benedito e profere:

— Viva, o rei do Congo!

— Viva! — responderam todos.

— Obrigado, meu branco, obrigado.

Isso dizia o preto descendo a ladeira, e parando a cada passo para curvar-se, abrindo os braços e beijando as duas mãos em sinal de agradecimento (ALENCAR, 2014, p.40).

O escravo e sua esposa que habitavam a pequena e singela cabana ao pé da rocha nas proximidades do lago formado pelo rio Paraíba, passaram a morar nela depois do casamento e da mudança de casa de Figueira, cujo Benedito “não pôde acompanhar o senhor moço, como lhe pedia o coração”, pois embora pajem de José Figueira, era cativo e pertencia ao pai de seu senhor, o comendador Figueira (ALENCAR, 2013, p.52).

Com a morte de seu senhor, nas águas do boqueirão, o escravo começou a ficar depressivo, se ausentando da senzala e faltando ao trabalho, nesse ponto, se considerarmos as relações escravistas no período é provável que Benedito não sofra apenas pela ausência de Figueira, mas, também pela sua própria condição, de uma vida dedicada a seu senhor e diante

da situação enxergue sua possível alforria lançada por terra, a porção de aspectos leva até o momento em que o escravo “pediu ao senhor que o deixasse morar ali, no que não houve dificuldade” (ALENCAR, 2013, p.52).

De acordo com a historiadora Dayana F. de Carvalho, “não se pode dizer que o senhor fosse benevolente, apenas presenteando o escravo com uma regalia, quando, na verdade, ele cedia a uma pressão do cativo” (2013, p.3). Assim, a permissão do barão para que o casal de escravos morasse no local, nos revela ao mesmo tempo as relações de negociação entre senhores e escravos, denotando que a suposta passividade de Benedito fosse uma estratégia para amenizar a vida em cativo, ao mesmo tempo, que tenta nos mostrar a superfície, uma tênue e harmoniosa relação entre os pares e a benevolência senhorial, o certo é que “pai Benedito usa da submissão para conquistar situação mais cômoda dentro daquela sociedade e, além disso, torna-se um mediador entre a senzala e a casa-grande” (SOUZA, 2013, p.135).

Seria a mudança na índole dos costumes proposto por Alencar começando a operar? Mesmo que no plano idílico da literatura? Somos levados a supor que sim, afinal, a narrativa busca passar a ideia de que é o barão, o senhor que amigavelmente libera o escravo para viver em certa liberdade na sua propriedade, reduzindo o seu domínio a uma tutela benéfica, onde casa-grande e senzala vivem harmoniosamente, numa relação de devoção de apenas uma das partes, daquela posta como incapacitada e dependente da estrutura patriarcal.

A cabana era morada do antigo escravo, pai Inácio, tido como antigo feiticeiro da região e do qual muito pouco temos conhecimento, se sabe que era um escravo que vivia na moradia, que agora pertencia ao casal de escravos, embora que, para as pessoas da região, as coisas não eram tão simples assim, para eles Benedito era um feiticeiro, talvez até mesmo a encarnação de Pai Inácio. Herdando, assim, a alcunha legada a este, Benedito é considerado pela vizinhança como “o bruxo preto, que fizera pacto com o tinoso” (ALENCAR, 2013, p.17) uma criatura de duas faces: a bela fazendo de Benedito um “bonito negro, de elevada estatura e fisionomia agradável” durante a luz do dia e a face horrenda ao cair da noite, diziam que “aquele preto bem apessoado em sendo meia-noite virava anão com uma cabeça enorme, os pés zambros, uma corcunda nas costas, vesgo de um olho e torto do pescoço” (ALENCAR, 2013, p.52). As beatas julgavam saber “até o nome das almas do outro mundo que frequentavam a cabana do pai Benedito, e tinham a honra de ser convidadas para o batuque endemoniado á sombra do ipê” (ALENCAR, 2013, p.17). Embora, por mais que pintassem tal imagem de Benedito, “não faltava também quem recorresse a seu poder sobrenatural para cura de certas enfermidades, para descobrimento de coisas perdidas, e realização de ocultos desejos” (ALENCAR, 2013, p.53).

Nessas breves passagens identificamos algumas das formas de como o negro é retratado no romance de Alencar, Benedito o escravo que sofre a perda de senhor e resolve morar próximo do jazigo deste, é completamente transformado de forma caricata num ser de outro mundo, Benedito é retratado enquanto demoníaco, tem sua imagem depreciada e seu fenótipo é representado de maneira extremamente negativa ao ser comparado a um macaco, onde a cor negra é associada à maldade e a fealdade.

Mesmo diante da versão feita pelas visões das senhoras brancas da região, muitos não deixam de recorrer as possíveis “feitiçarias” (rituais de religiosidade afro-brasileira) feitas por Benedito, o que leva o autor destacar que apesar da fama “Pai Benedito, porém era um feiticeiro de bom coração”, numa espécie de preto de alma branca que “em vez de usar de seu poder para soprar intrigas e desavenças, ao contrario servia de conciliador em todas as brigas que se davam entre os pretos da fazenda” (ALENCAR, 2013, p.53). Os estereótipos atribuídos no meio literário ao negro aparecem na descrição de Benedito.

Em outro momento, Alice, filha do barão, acaba por cair no redemoinho das águas e o garoto Mário mergulha a fim de salvá-la, Benedito diante da situação desmaia e ao acordar lembrando-se do ocorrido, com medo de ter perdido as crianças, principalmente, Mário, pensa em se jogar do precipício e entregar-se a morte no Boqueirão (ALENCAR, 2013, p. 104). Mesmo dadas às circunstâncias, a perspectiva do escravo não é apagada, este embora aparentemente passivo e conformado com sua condição, nutre o desejo de liberdade, seja através do suicídio como nos leva a entender o fragmento, ou mesmo pela alforria se nos deixarmos guiar por outra interpretação, de que mesmo sofrendo pela morte do menino, Benedito continuaria a viver, com a esperança de ser liberto e deixar sua condição de cativo, o que nos mostra, segundo a Carvalho, que Alencar “guardava alguma sensibilidade para ecos de visões de mundo diferentes da sua, no caso, o desejo de liberdade a despeito de “benevolências” senhoriais que melhorassem o modo de vida do cativo” (2013, p.6).

Se Benedito é o preto-velho feiticeiro, pactuado com o diabo e isolado numa cabana na floresta, sua esposa Tia Chica que era ama de D. Júlia, a mulher do barão, é completamente o oposto, é a mãe preta bem tratada pelas crianças, que conta histórias, muito serena nada assustadora, antes muito carinhosa, sempre hospitaleira com seus quitutes e doces (ALENCAR, 2013, p.44).

Ao descrever a morada do casal de escravos, diz: “Tudo nessa habitação revelava o mais apurado asseio; a roupa, apesar do grosseiro tecido, cegava de alvura; a louça, até nos lugares desbeijados, era tão limpa que parecia recentemente quebrada” (ALENCAR, 2013, p. 44). Essa passagem apresenta a casa-grande e seus espaços, mas jamais se refere à limpeza do lugar,

subtende-se que a morada das gentes brancas já o era por natureza, enquanto que, a morada dos pretos, deveria enfatizar sua condição, de subalterno, inferior nos levando a pensar numa chave interpretativa, lendo nas entrelinhas, a inclinação sutil e racista de naturalmente legar ao negro o estereotipo de sujo, e quando este não o é, precisa-se ressaltar e descrever a “brancura” do lugar.

Assim como Benedito, Chica também tem certo grau de relação com o lago Boqueirão, ela surge em meio ao romance, como detentora das memórias locais, com a temida lenda da Mãe d’Água que habita o lago, lenda que ocupa considerável espaço na narrativa, contada pela bisavó de Alice e repassada por Chica às crianças, permeia o imaginário local dos habitantes da região. A esse respeito, de acordo com Souza:

É pela voz da escrava preta que se firma essa espécie de história dentro da história. Situação narrativa contada quase como um “causo”. O narrador busca algum grau de mimetização da oralidade, pois ele não é só fiel à linguagem coloquial de Chica, como apoia-se também na hesitação, no esquecimento, nas lacunas, tudo se arma como estratégia para capturar a atenção e suggestionar a imaginação de quem escuta (SOUZA, 2015, p.131).

Chica é a transmissora das lendas dos brancos, pois, a lenda foi-lhe passada pela avó da mãe de Alice, e contém traços equivalentes às lendas das iaras, na qual as pessoas seriam arrastadas ao redemoinho seduzidas por seu sorriso, possuindo uma mistura de significados oriundos da cultura indígena e portuguesa, passada adiante pela voz escrava, cuja função legada nessa passagem é de uma personagem das histórias e lendas da coletividade, mas, de suas memórias e histórias nada se sabe.

Além do enlace amoroso e afetivo que unem os dois escravos, Alencar toca num delicado tema que suscita muita discussão historiográfica sobre a escravidão. A relação de amor e afetividade entre cativos e senhores, e nesse caso, entre Benedito e Chica e a devoção aos filhos de seus senhores. Conta-nos que “Benedito como fora pajem grande do pai de Mário em criança, considerava-se até certo ponto avô do menino. Da mesma forma tia Chica que tinha criado a mãe de Alice, olhava para esta como se fosse em parte sua netinha” (ALENCAR, 2013, p.53). As crianças ao visitarem o casal lhe levaram presentes: Alice levava um vestido, um xale e miçangas azuis e Mário um moedinha de prata que dera a Benedito, nessa relação os escravos, “cada um exaltava o seu ídolo, com entusiasmo ardente e exclusivo” (ALENCAR, 2013, p.53), e Benedito “que adorava aquele menino e admira sua destreza e coragem, começou desde então a venerar nele alguma coisa de sobrenatural” (ALENCAR, 2013, p.114). Uma afetividade exacerbada e intensa com as crianças, que não existe com outros da fazenda, “os laços afetivos existem somente entre as crianças livres e os escravos, não havendo qualquer cena em que se

mencione a existência de afetividade entre adultos e cativos, com exceção de Mário e Alice” (SILVA, 2004, p.155).

Os negros outrora escravizados agora na condição de libertos continuam a manter laços afetivos com os da casa-grande. Laços que reafirmam os estereótipos do negro fiel, submisso ao seu senhor, conformado com sua condição e posição no sistema escravista, que sabe bem seu lugar, um exemplo de obediência e servidão, tendo intenso amor pela família de seu senhor, podendo considerar-se avô ou avó das crianças que tinham como ídolos de devoção. Alencar encontra na relação entre senhores e escravos “o ingrediente necessário para atenuar as diferenças raciais e culturais e dar corpo e sentido a uma nação confraternizada, que convive harmoniosamente com a diferença” (SOUZA, 2015, p. 121).

Em algumas passagens, além da intensa relação entre Mário e Benedito, que entre todas as relações do romance é a mais interessante, conta-nos Alencar que:

Pai Benedito era um preto alto e robusto. Ordinariamente grave e tristonho, a idade que, já andava pelos sessenta (...) Mas havia uma força bastante poderosa para arrancar ao seu natural essa alma robusta; era a afeição de Mário. Nada mais interessante, do que ver o negro atlético dobrar-se ao aceno de um menino; lembrando um desses cães da Terra Nova, que se deixam pacientemente fustigar por uma criança, mas estrangulariam o homem que os irritasse (ALENCAR, 2013, p.41-42).

Além da beleza estética do texto e da afetividade, nos primeiros trechos se refere a Benedito como a um animal doméstico, um cão que se deixa ser maltratado pela criança, mas, ataca qualquer outro que lhe irrite, depois como uma “alma rude”. Em outras passagens lhe chama de “bugio negro” “jacaré” “crocodilo negro” e “bom preto”, termos que trazem a tona a animalização do negro escravo, comparando e mesmo igualando ao “obediente, dedicado e servil que eles (animais domésticos) teriam em comum na relação estabelecida com seus donos ou senhores e rebaixam o escravo e seus sentimentos, dando-lhes um teor irracional” (SILVA, 2004, p. 153).

No último fragmento, o pajem Martinho tem “focinho” ao invés de rosto, são diversas terminologias racistas e depreciativas usadas para com os escravos, em determinado momento os escravos de forma geral são tidos por este como “almas rudes que não se compreendem a si mesmas sem falar para ouvirem o que pensam” (ALENCAR, 2013, p.18). Como se os negros fossem incapazes de uma reflexão silenciosa ou mental, tendo um “espírito inculto” (ALENCAR, 2013, p.114), reproduzindo a imagem do negro enquanto desprovido de inteligência e civilidade, associando-os a traços de infantilidade.

Ao fim da narrativa todos se mudam para a corte, libertam o casal de escravos, que passam a viver sozinhos na fazenda. Chica com a saúde debilitada pelo reumatismo e Benedito já idoso, ambos sofrendo o peso dos anos de trabalho forçado, sem meios para se sustentar,

mas, bem ao gosto do político Alencar, que disparava da tribuna e em suas cartas que a escravidão teria seu fim “sem lei abolicionista, sem comoção nem violência” (ALENCAR, 2009, p.319), apenas pela “revolução dos costumes”, uma liberdade feita por um nobre impulso da nação e não pela intervenção do estado.

Grande parte dos personagens escravos no romance alencariano aparece sempre ligada ao trabalho servil, muitas vezes não apresentam qualquer individualidade, como observa Hebe Cristina: “é como se todos os pajens, mucamas ou cozinheiras fossem iguais por desempenharem a mesma função” (SILVA, 2004, p.143).

É negada aos escravos qualquer mínima descrição, o que não acontece com as crianças que são descritas pelo menos como “duas meninas de onze a doze anos, e um menino de quinze”. Alencar dedica boa parte do capítulo a descrevê-los não apenas fisicamente, mais nos revelando traços de personalidade, além de que embora todos estejam juntos, o “grupo” é apenas constituído pelas crianças brancas, sendo, afastados as mucamas e o pajem, como não dignos de serem incluídos na expressão “grupo”. (ALENCAR, 2013, p.20-24).

Das mucamas e do pajem que acompanham as crianças pouco sabemos, não temos descrições de corpo, vestimenta, personalidade e aparência como os demais, sabemos seus nomes: Eufrosina, a mucama da mãe Alice e Felícia da mãe de Adélia, já o pajem este de nome Martinho pertencente ao barão e estava a cargo do menino Mário, os escravos então deviam cuidar do bem-estar das crianças. Os diálogos travados entre esses cinco personagens, nos dão pequenas amostras da personalidade de cada um dos escravos, como estes se viam e viviam naquele meio interdito entre a casa-grande e a senzala (ALENCAR, 2013, p.20-27).

A mucama Felícia está sempre ao lado de Adélia, atenta a qualquer mal que possa encontrar o caminho da menina, não a deixa comer nada que ela própria antes não prove a fim de assegurar a sua saúde, compartilhando assim, das regalias junto à garota, e como Adélia, a mucama também é fascinada pela corte e seu modo de vida, às vezes adquirindo ar de superioridade aos demais escravos.

Ao longo da trama, a mucama sempre busca imitar o jeito afrancesado da garota, o que nos leva a entender conforme o raciocínio de Souza, que Alencar procura enfatizar que “os escravos, vistos por ele como uma “raça embrutecida”, tenderiam a civilizar-se em contato com a “raça culta” (SOUZA, 2015, p.130).

Martinho, o pajem, que era filho do casal de escravos Leandro e Vicência, este já não demonstra querer pertencer a nenhum desses espaços, nem exalta a corte e muito menos a estrutura senhorial da qual faz parte. Conforma-se em sua condição, com assimilado por Martinho em diálogo com Alice: “— Eu tiro, nhanhã; diga o que quer, que eu tiro. Uma moça

faceira tem sem pajem para servir a ela” (ALENCAR, 2013, p.27). Apenas acompanha a molecada sempre a espera de um momento em que possa aprontar ou desfrutar da “gulodice” como faz na casa de Chica. Martinho chega a levar umas cipoadas nas canelas aplicadas por Mário apenas por diversão, revelando as humilhações sofridas pelos escravos, mesmo que pequenas, e a visão do corpo do escravo como objeto, propriedade de outrem que faz dele o que quiser. Eufrosina também sofre pelas travessuras do menino, como no trecho a seguir:

Eufrosina acabou dramaticamente a sua comparação poética do cabrito, foi arrancada por uma jaca madura, que se esborrachando-se na cabeça, cobrira-lhe toda a cara, pescoço e ombros, de bagos amarelos.

— É para te adoçar a língua! — disse a voz sarcástica de Mário.

— Ih! Que marmelada! — gritou o pajem. (...)

— É pomada para alisar o pixaim! — gritou Mario.

O riso é contagioso. Ninguém pode resistir. O Martinho apertava as ilhargas e trinava como um frango:

— Qui-qui-qui! Pomada de jaca!... Qui-qui!... Para alisar o pixaim. (...)

(ALENCAR, 2013, p. 30).

Na fala do personagem Martinho, no momento em que Eufrosina está suja, coberta de jaca que Mário lhes tinha jogado, ao rir da situação em que a mucama se encontrava e, principalmente, ao rir das palavras de Mário de que a jaca lhe serviria como “pomada” para “alisar o pixaim”, é claro o desdém do personagem pelas características africanas mesmo que estas estejam presentes nele também. De forma indireta ele se desmerece e exalta as atitudes e a estética de seus senhores como o aceitável e belo (SILVA, 2004, p.147).

Novamente as características do corpo negro são representadas negativamente, através de uma cultura que sempre legou ao preto o sinônimo de ruim e feio, Martinho chega a dizer que do corpo do negro saia “tapuru” como se fosse algo podre, e, a expressão “negro cambaio e bichento que veio lá d’Angola”, detona, a clara oposição e diferenciação feita não só pelos brancos, mas, também, pela população escrava, entre os nascidos na África e os nascidos em solo americano.

Adiante nos trechos apresentados, a se ver coberta de jaca, a escrava Eufrosina utiliza consigo mesmo os termos “não é para ser tratada assim” e “sou sua mucama dela, sua mucama de estimação”, a personagem de forma ingênua desconsidera-se enquanto pessoa merecedora de respeito, procurando tê-lo por enfatizar sua condição de mucama e seu “pertencimento” enquanto escrava de sua senhora (ALENCAR, 2013, p.31).

A escrava enfatiza que “Senhor bom é o que não falta!”, de forma velada, Alencar reafirma a docilidade da qual, na sua concepção, revestia o sistema escravista, afirmar que alguém detivesse o direito a liberdade do outro, o escravizasse e ainda assim ser considerado “bom” é explicitamente contraditório. Principalmente a fala sendo proferida diretamente por

um cativo. Porém, é crucial pra entendermos como a concepção política de Alencar a respeito da escravidão está sutilmente veiculada na obra (ALENCAR, 2013, p.31).

A mucama com ares de moça delicada e cidadina, acostumada com a vida na corte e fascinada pelos bailes, que só conhecia pelos relatos de sua senhora. O pajem embora levado, pronto a servir conformado com sua condição e a mucama que deve sua dignidade ao seu lugar na esfera social da fazenda, “as lentes com as quais se olham são as mesmas utilizadas por seus senhores ao julgarem os negros (...) julgam sua condição servil com naturalidade” (SOUZA, 2015, p.127). Segundo Souza, “como se para eles a única posição de maior prestígio que pudessem almejar fosse o trabalho como mucama ou pajem e não a liberdade e a inserção na sociedade” (2015, p.129).

No romance, os personagens negros estão presentes, mas, sempre em comunhão com a condição de escravizado, das relações entre esses pouco nos deixa saber Alencar, fora os atritos entre Martinho e Eufrosina, o diálogo entre eles é inexistente. Não sabemos quais eram de fato as relações e a convivência entre os escravos, não sabemos também como e quais condições se deu o casamento do casal de escravos Benedito e Chica, assim como relações filiais, paternais e maternais e de irmandade entre os escravos, não ganham espaço no romance. O que serve para confirmar que o negro em **O Tronco do Ipê**, é desenhado bem ao gosto do que o Alencar político buscava retratar.

3.2 As relações escravistas no romance e a escravidão pelo olhar da casa-grande

Um personagem sem muita importância no enredo principal do romance é aqui evocado para tratarmos da forma como os brancos viam a escravidão, é este o conselheiro Lopes, deputado e amigo do barão, habilidoso político que almejava o cargo de ministro, este por ocasião encontrava-se na fazenda numa festa “rodeado por algumas das influências da província” e “achava-se em uma situação difícil”. Lopes “manifestara na câmara uma opinião favorável á extinção do tráfico; ideia então muito impopular entre os fazendeiros” (ALENCAR, 2013, p.123-24).

A atitude de Lopes ameaça o apoio que este poderia receber dos fazendeiros ao ser favorável a uma medida que colocava em xeque a manutenção do sistema escravista e colocava em risco sua candidatura ao ministério. Assim, o conselheiro tenta inverter sua condição, tentando mostrar ao seu eleitorado que sua posição com respeito à extinção do tráfico era movida pelos interesses dos fazendeiros, donos de escravos, assim, “fez o conselheiro largas e luminosas considerações sobre a opinião europeia, o canhão inglês, o Bill Aberdeen; e concluiu

afirmando que não havia realmente a menor divergência entre o voto dos amigos que o ouviam e a sua opinião” (ALENCAR, 2013, p.124). A opinião do conselheiro tolhida de eloquência revelava que ele “estava mais preocupado com interesses pessoais do que com a resolução de problemas nacionais” (SILVA, 2004, p.148).

Mais adiante no romance, na noite do Natal, o conselheiro Lopes e Mário, que havia recentemente chegado da Europa, conversam sobre a condição dos escravos no Brasil e como Lopes não perdia uma oportunidade de ganhar a simpatia dos fazendeiros, dizia ele:

— Eu queria — disse ele concluindo — que os filantropos ingleses assistissem a este espetáculo, para terem o desmentido formal de suas declamações, e verem que o proletário de Londres não tem os cômodos e gozos do nosso escravo.

— É exato — disse Mário — A miséria das classes pobres na Europa é tal, que em comparação com elas o escravo do Brasil deve considerar-se abastado. Mas isso não justifica o tráfico, o repulsivo mercado da carne humana.

— Utopias sentimentais!... (ALENCAR, 2013, p. 197).

Pode-se perceber a clara crítica de Alencar aos filantropos europeus por meio do conselheiro Lopes, figura que representava o interesse na manutenção da escravidão na busca por angariar o apoio dos fazendeiros. A esse respeito o espetáculo do batuque dos escravos com honrarias aos senhores presenciados pelos personagens, atestavam a doce servidão a qual era submetido o cativo e a boa convivência com seus tutores, em conformidade com o que explanava o deputado Alencar em atuação política.

Mário, apesar de admitir que, em sua visão, os escravos tivessem consideráveis regalias e fossem mais bem tratados que os trabalhadores ingleses, condena a escravidão afirmando que a condição do escravo em cativo não justificava o tráfico, embora Mário ao mesmo tempo reconheça e justifique que a mão de obra escrava foi necessária “aos primeiros tempos de colonização”, Mário como coloca Silva: “cria a expectativa da defesa de uma postura abolicionista, a qual não se concretiza” (2004, p.149).

Observamos que cada um dos personagens tem seu perfil muito bem traçado por Alencar, os distanciando tanto em características como em condição social, um político e o outro engenheiro que recentemente havia chegado da Europa. Somos levados a supor dois posicionamentos diferentes, mas, embora os personagens pareçam ter visões distintas, ambos compartilham de traços do pensamento político de Alencar, ao enxergarem e exaltarem a benevolência senhorial, a manutenção do sistema, a oposição à opinião europeia.

É em torno da casa-grande que as relações são tecidas no romance, em torno do barão da Espera que concentra em si a imagem da benfeitoria senhorial, de personalidade ambiciosa, ardente e ousada. Como coloca Hebe Cristina, “fazendeiro, proprietário de escravos e de grande

habilidade para lidar com os negócios, ele é a imagem do senhor/proprietário cuja autoridade garante o bom andamento da lavoura e a harmonia das relações sociais” (SILVA, 2004, p.132).

A imagem de senhor firme e benevolente, uma figura quase paternal, e os laços de dependência transparecem no trecho em que o autor explica o destino de Mário e sua mãe após a morte de Figueira. Diz que “pela gratidão e pela generosidade, da fortuna que o elevava. Deu amparo á viúva e filho de seu amigo de infância, chamando-os para a fazenda, onde foram habitar a antiga casa do administrador” (ALENCAR, 2013, p.77). Sob a perspectiva de ter sua proteção, as relações entre os da casa-grande e seus agregados, são, sobretudo, relações que adquirem “ares de troca de favores” (SILVA, 2004, p.133). Troca não tão simples assim, como percebemos em outro diálogo, quando D. Francisca, a mãe de Mário, pede à baronesa que envie algum escravo para ver como estava seu filho, a resposta desta, revela detalhes dessas relações:

— A tal senhora, não contente de ter casa para si e seu filho, sustento, roupa e escravos, ainda não está contente. Quer pôr e dispor de tudo. Não sou mais senhora em minha casa; não posso dar uma ordem que não a contrarie e disponha a sua vontade. (...)

— Essa gente é assim mesmo — acudiu D. Alina. — Não se pode protegê-los, que não abusem logo (ALENCAR, 2013, p. 88).

Nessa relação, sob a visão senhorial o dependente deve aceitar aquilo que lhe oferece seu senhor, sem nunca reclamar, pois, sua condição não permite, lhe cabe apenas à felicidade e a gratidão de dispor do que lhe é oferecido, não importando nada mais, sem contrariar seu protetor, como faz no romance Domingos Paes, o compadre que obedece todas as ordens de todos os brancos da fazenda sem nunca pestanejar.

Ao longo de todo romance, não deixamos de perceber os elementos de cunho nacionalista, como as belas e extensas descrições da natureza e as comparações entre pessoas e elementos naturais, assim como as críticas sociais presentes no romance, através do repúdio ao afrancesamento da sociedade urbana, com a figura da moça cidadina Adélia, a corrupção política com a figura do Conselheiro Lopes, já que este mantinha intensa relação com o ministro através de pagamentos mensais com dinheiro público e pela compra do título de barão por Freitas. Alencar expõe o casamento por dote, através da trama do casamento do Barão e D. Júlia, e mais tarde entre os filhos dos membros da casa-grande, além de enfatizar sobre a condição do homem pobre e livre na sociedade oitocentista, concentrado nas figuras de Mário e sua Mãe D. Francisca (ALENCAR, 2013, p.15-27; 68-73; 81-93).

Alencar chegou a ser severamente criticado pela forma abasileirada que escrevia seus romances, que pode nos parecer um pouco afetada, mas, ele defendia que as peculiaridades linguísticas na nação deveriam fazer parte dos textos dos escritores brasileiros, veiculando em prosa e verso uma língua única, afastada do modelo e padrão português. Dando lugar às

variações linguísticas nascidas aqui, e, em **O Tronco do Ipê**, a presença dessa escrita é marcante, principalmente, na fala dos escravos, como expressa nas frases:

- Gentes! Quedê nãnhã Alice?(ALENCAR, 2013, p.54).
- Vossemecê vai lá? (ALENCAR, 2013, p.74).
- Da cá, nhonhô — exclamou o preto ajoelhando para receber o presente.
- Deus lhe pague, nãnhã. Vai; ela há de ficar muito contente (ALENCAR, 2013, p. 40-41).

Embora o foco de análise não seja a parte linguística do texto, é interessante notar as variações linguísticas presentes nessas passagens, como em tantas outras já destacadas nesse capítulo, é a língua representada e pincelada pela cor local, que adquire diferenças entre a falada e a literária, mas, ambas encontram espaço na narrativa (LIMA, 2012, p.356-57).

Em **O Tronco do Ipê**, o autor explica e justifica o uso de tais expressões:

A linguagem dos pretos, como das crianças oferece uma anomalia muito frequente. É a variação constante da pessoa em que falia o verbo; passam com extrema facilidade do *ele* ao *tu*. Se corrigíssemos essa irregularidade apagaríamos um dos tons mais vivos e originais dessa frase singela (ALENCAR, 2013, p.40-41, grifo do autor).

De modo geral, “escritores e representantes políticos deram mostras de um sentimento generalizado que associava os africanos a uma corrupção da língua” (LIMA, 2012, p.358). Assim, o estereotipo do uso incorreto da língua é expressa nas marcas fonéticas e gramaticais nas falas dos personagens escravos, mas, também percebemos o vínculo com a oralidade, com a perspectiva cotidiana dos escravos e o chamado “trânsito linguístico entre senhores e escravos, independentemente do fato de que as formas de comunicação assinalavam os lugares sociais definidos” (LIMA, 2012, p.361).

As passagens em torno da ocasião dos preparativos para o Natal e o retorno de Mário da Europa, nos abre um campo amplo para observarmos as relações escravistas no romance, nelas Alice é a moça da fazenda envolvida em tais atividades juntamente aos escravos, é a sinhazinha que na cozinha com “as mangas arregaçadas e as mãos até os pulsos cheios do bolo que estivera amassando no alguidar para fazer os fartes de natal” e “estendia a massa para recortar os folhos dos pastéis” (ALENCAR, 2013, p.136-138), “já tirou a cocada do fogo Vicência? Manda ver as compoteiras de cristal, Eufrosina. E esta clara? É preciso bater já para os suspiros” (ALENCAR, 2013, p.149), tudo tinha que estar ao seu agrado, indo até mesmo ela própria examinar o tacho de doce na cozinha, escolher as galinhas, carneiros, bezerros e leitões para o abate, e examinar na senzala os copinhos de barro para a iluminação.

As tarefas mais leves ficavam a cargo de Alice, a branca que vivia com os negros, circulando todos os espaços, ao passo que os afazeres que envolviam o calor do fogão e fumaça, manuseio de pesos, morte e limpeza dos animais e outras atividades laboriosas envolvendo os

preparativos da cerimônia, ficavam a cargo dos escravos, o que não é de estranhar, afinal era o serviço dos negros naquela sociedade (ALENCAR, 2013, p.135-139).

A convivência harmônica é ainda mais explícita na noite de Natal quando todos na fazenda participavam das comemorações, durante essa época “era costume na fazenda distribuir-se pelo Natal a cada escravo, uma nova muda de roupa” (ALENCAR, 2013, p. 152). Ao menos para este dia, já que não sabemos como era o tratamento dispensado a estes durante os outros dias, assim, “os pretos da fazenda, uniformizados de calça e camisa de riscado azul com cinta de lã encarnada, passavam a um e um pela frente do presépio, ajoelhando para fazer breve oração, e cantando na sua meia língua” (ALENCAR, 2013, p.171). Alencar concebe no romance tal cena, onde escravos “bem vestidos” desfilavam em frente aos da casa-grande, fazendo honras ao presépio, participando das festividades junto aos senhores e suas faziam suas preces em “meia língua”, uma expressão pejorativa com relação à fala dos escravos.

Além de todas as concessões:

“aproveitavam os escravos aquela hora de repouso e liberdade que medeia entre Ave-maria e o recolher, para tratarem de seus pequenos negócios, passarem uma vista de olhos a suas rocinhas e também para fazerem suas queixas e pedidos a Alice, protetora de todos eles. Nessa noite, porém, como não se fechava o quadrado à hora de recolher, por causa da festa que devia começar ao cantar do galo, tinham eles muito tempo de seu, e por isso deixaram-se ficar em grupos, conversando a respeito das novidades do dia” (ALENCAR, 2013, p.155)

Nessa passagem, podemos destacar o período em que os escravos tinham de descanso para tratar de negócios, olhar suas roças, e até mesmo com os portões das senzalas abertos durante a noite, percebemos aqui também situação de negociação e conflito, já que o domínio escravista não se deu apenas pela força e pelo estalar do chicote, mas, certas regalias concedidas ou conquistadas pelos escravos, muitas vezes serviam para possibilitar a harmonia no cotidiano e evitar revoltas e ameaça aos senhores, e, ao sistema escravista. Ao ver do político Alencar tais “regalias” elevava o cativo a “condição de homem” (2009, p. 309).

Manifestações da cultura africana, também tem espaço no romance, os escravos tinham permissão para o seu “folguedo” depois das cerimônias do natal, e nessa ocasião na fazenda, “os senhores estavam no costume de por esta ocasião honrar os escravos, assistindo a abertura da festa que principiava pelo infalível batuque” (ALENCAR, 2013, p.195). Em harmonia se dá esse quadro, aonde o senhor vai até a senzala e é saudado por uma “algazarra formidável”, o samba dos escravos segue sem grande entusiasmo, pois, “a presença dos brancos impunha certo recato” (ALENCAR, 2013, p.196).

De acordo com os trechos citados, as festividades dos escravos poderiam ter diversos fins, no romance nos parece que servia para celebrar as horas de folga e os valores culturais advindos com os africanos e os que aqui se moldaram, como uma comemoração paralela.

O natal africano no vale do Paraíba mostra as relações de negociação e conflito que novamente aparecem no enredo, provavelmente a permissão para o batuque havia em algum momento sido negociada com o senhor, e possivelmente concedida para diminuir as tensões sociais, principalmente o medo de revoltas. Podemos supor que, mesmo permitindo o festejo, ele não deixe de fiscalizar o que ocorre dentro de seus domínios, já que ele vai até a senzala “prestigiar” os escravos, ele não reprime, mas, também não libera por completo, visto que os escravos conforme evidencia os trechos, ficavam com receio da presença dos da casa-grande e seguiam com a folia baixa sem grandes explosões, atentos ao momento de retirada deste (ALENCAR, 2013, p.196).

De um modo geral, o que as passagens procuram externar é o paternalismo que revestia a escravidão no Brasil, uma construção nas páginas literárias como observa Hebe Cristina que, “podem ser vistas como o modo encontrado pelo autor para conciliar as convenções do romance, o intuito de produzir obras genuinamente nacionais e a inclusão de questões que permitissem que o texto travasse um diálogo com suas convicções políticas” (SILVA, 2004, p.157).

Em **O Tronco do Ipê** o nosso passado escravista é trazido à tona. Alencar propõe-se a retratar a cor local dando atenção ao ambiente urbano e rural que ascendia naquele momento, com o desenvolvimento do processo de industrialização do país. Num romance regional, publicado durante o tempo em que estava intensamente envolvido com a política, principalmente, nas discussões sobre a aprovação da Lei do Ventre Livre, traz um cenário de fazenda, casa-grande, escravos e agregados, que ainda fazia parte do cotidiano da sociedade, afinal a escravidão ainda resistia, portanto, um cenário familiar aos leitores. O romance Alencar projeta uma espécie de realização de sua concepção política, nele as relações entre casa-grande e senzala são adoçadas, o conflito entre essas é quase inexistente, todos sabem bem seu lugar e seu papel e raramente se revoltam contra sua posição.

Os dois polos, o da riqueza e poder e o da miséria e dependência, interpelados pela zona interdita que ganha espaço no romance, transformando as relações históricas conflitantes em afetivas e harmoniosas, numa oposição diluída ente hierarquia sociais e as relações escravistas entre os dois espaços, onde o negro “apesar de suas origens, é capaz de absorver os valores culturais do branco; de respeitar a instituição que o escravizou; de representar as qualidades positivas atribuídas à sua raça – afetividade e passividade. O negro que sabe o lugar a ocupar

no sistema social mais abrangente” (SANTOS, 2007, p. 166). Apagando a realidade ao qual era submetido o escravo no eito e nas senzalas, levando aos leitores um negro escravizado idealizado e conformado em sua posição, fazendo penetrar no imaginário coletivo a visão de uma escravidão benéfica, embebida em mel de engenho.

Considerações finais

José de Alencar é amplamente conhecido por seus romances, sua carreira política pelo contrário ainda é pouco conhecida, mas, o fato é que política e literatura sempre estiveram atreladas a sua vida, e, podemos mesmo dizer que ambas o complementavam. Nesse sentido, conforme salientado na introdução desta monografia, procuramos conduzir essa pesquisa, a partir da análise e diálogo entre as perspectivas e os pensamentos políticos do autor e sua obra literária.

Assim, partimos do problema e da tentativa de identificar em que medida a posição política de José de Alencar com respeito à escravidão se reflete em sua obra literária e qual é a imagem do negro e da escravidão nela veiculada. Nossa hipótese era que o pensamento político de Alencar encontrava espaço fértil em sua narrativa literária, realizando nas páginas do romance aquilo que ansiava que se operasse na nação.

Para atingirmos os objetivos, inicialmente, procuramos através de algumas cartas e discursos das décadas de 1860 e 1870 de autoria de José de Alencar, compreender e analisar o seu pensamento político. Observamos o forte engajamento do deputado Alencar com as transformações que ocorriam no período, principalmente, com as discussões a respeito de medidas emancipacionistas sobre o “elemento servil”. Para Alencar, a escravidão era uma instituição sagrada vinculada ao interesse de muitos, que deveria ser respeitada, pois, era um instrumento de civilização das massas brutas. A emancipação direta a seu ver era algo impensável, a solução para o problema da escravidão que vinha sofrendo forte pressão interna e externa, seria o amálgama, o branqueamento, “a absorção de uma raça por outra” em suas palavras.

Ao considerar os discursos na câmara dos deputados, especificamente, sobre a chamada “lei do ventre livre”, constatamos que Alencar foi assumidamente contra, para o político colocar tal medida em pauta era algo prematuro, argumentando que uma lei que libertasse os filhos, mas, não os pais, geraria uma guerra, o caos social e produziria núcleos de insurreição, assim, antes de conceder a liberdade, seria preciso civilizar os escravos, libertando-os da condição de “inteligência embotada” para enfim poderem viver em sociedade.

Apenas a revolução dos costumes seria a via de emancipação mais segura, a transformação da índole da sociedade poderia emancipar o escravo, sem a intervenção do Estado, mas, pela pura e simples vontade do senhor. O que na concepção de José de Alencar já vinha sendo realizado, pois, os escravos eram muito bem tratados pelos senhores, não tinham uma vida em cativeiro, mas, residiam numa espécie de “tutela benéfica”. Entender o

pensamento político de Alencar foi extremamente importante para conseguir esmiuçar e captar seus traços no romance.

Adiante, nos debruçamos a considerar como o negro e a escravidão, foram representados no meio literário romântico do século XIX, do qual Alencar foi um dos maiores expoentes, assim, verificamos que com o desenvolvimento de uma literatura que afirmasse o Brasil no plano das nações independentes, o índio seria elevado como autêntico representante das terras brasileiras, enquanto que o negro seria excluído de tais narrativas. Considerado puramente como força de trabalho, trazer o negro e a escravidão ao plano literário seria mostrar um aspecto degradante da nação indo de encontro com a ideia de civilização e progresso que pretendiam passar, assim, o negro foi apagado da literatura durante boa parte do século, aparecendo, apenas em meados das décadas de 1860 em diante, em narrativas que falam mais da escravidão do que do próprio negro.

Finalmente, analisamos o romance **O Tronco do Ipê**, buscando estabelecer como se manifesta na obra os traços do pensamento político alencariano. Assim sendo, olhamos criticamente para os espaços que constituem a obra, nos atentando a hierarquia social na sociedade escravocrata ocupada pelo lugar da casa-grande e da senzala, que denuncia claramente a situação social dos que ali habitavam, procuramos identificar nas entrelinhas a imagem que faz da escravidão e do negro, como eles se enxergavam e como os brancos os viam, na medida em que observávamos como as relações escravistas eram tecidas na prosa romanesca.

Examinamos assim a marginalização do negro na obra, a qual teve considerável interferência sobre a participação do negro como sujeito ativo na formação da sociedade brasileira, dentro do cosmos dos oitocentos, por constatarmos que, a imagem desde veiculada não corresponde a sua realidade vivenciada, mas, se encaixa perfeitamente ao molde estereotipado do negro fiel, atrelado ao trabalho forçado, contente com a condição social submetida, mas, de espírito inculto.

O pensamento de Alencar não foi inédito naquele cenário, mas, a peculiar linha de raciocínio desenvolvida pelo autor, nos possibilita enxergá-lo como sujeito histórico dentro daquela sociedade, como intelectual que por ambas as vias, pela literatura e pela política, estabeleceu a seu ver, o que deveria ser memorado e silenciado.

Nessa perspectiva, constatamos a forte interligação entre posicionamento político de José de Alencar sobre a escravidão e o romance *O tronco do Ipê*. Nele, Alencar procurou realizar o que desejava que se concretizasse no plano real do império do Brasil, assim, verificamos que no romance muito ao gosto do deputado conservador, está presente uma clara defesa aos latifundiários senhores de escravos e a manutenção da escravidão enquanto principal

base econômica, procurando mostrar a melhor forma de proceder que atendesse aos anseios da classe dominante, pela qual fora formado e fazia parte, através da ideologia senhorial existente no romance.

Conforme se colocava na câmara, contra certas medidas emancipacionistas, atestando que estas colocavam em xeque o poderio senhorial, no romance procura garantir que esta autoridade produzia relações harmônicas entre senhores e escravos, mantendo a boa ordem social.

No romance as relações são idealizadas, os escravos tanto africanos quanto os nascidos no Brasil, convivem sem grandes tensões, são sujeitos conformados com sua condição de escravizados e fazem tudo ao seu alcance para satisfazer a vontade de seu senhor, os horrores da escravidão não existem naquela sociedade, ao contrário, um clima de plena paz e harmonia reveste fazenda, embora, percebemos que a depender da forma que observamos, os escravos podem ser invisíveis ou podem tomar o plano principal na narrativa.

De toda forma, sutilmente o deputado cearense Alencar adoça a vida em cativeiro, levando a seus leitores aquilo que anos antes publicara em suas cartas e mais tarde reafirmaria em seus discursos, a ideia de que assim como a escravidão surgiu também haveria de acabar, não havendo assim nenhuma necessidade imediata de intervenção do Estado, os senhores de escravos poderiam muito bem cuidar de seus pupilos, lhes apresentando os raios de civilização, convivendo com esses harmoniosamente, através de troca de favores e negociações. Ao poucos com o avançar dos anos, a miscigenação daria conta de diluir o sangue negro e com a revolução dos costumes operando no seio familiar, a escravidão encontraria seu fim levada pelo doce do açúcar e pelo aroma do café.

Assim sendo, procuramos através deste trabalho contribuir para o campo de investigação histórica sobre a escravidão e seus desdobramentos, propondo outras interpretações deste fato histórico, especificamente, a partir da ótica de José de Alencar que observou, tratou e versou da escravidão e do negro à sua maneira, buscando assim agregar e contribuir para a história do Brasil.

Salientamos que devido à dimensão deste trabalho, outros aspectos dessa obra não foram relativamente incorporados a esta pesquisa, dessa forma, como não pretendemos aqui esgotar as possibilidades de leituras, linhas interpretativas e análise, propomos a ampliação do tema de pesquisa, seja nesta ou em outras obras do romancista.

Referências

- ALCÂNTARA, Lúcio. José de Alencar. In: **José de Alencar e Euclides da Cunha**. Academia Cearense de Letras. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009. Disponível em: http://www.academiacearensedeletras.org.br/revista/Colecao_Diversos/Jose_Alencar_Euclides_Cunha/ACL_J_A_e_E_C_11_Jose_de_Alencar_Lucio_Alcantara.pdf
- ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Organizador, José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: ABL, 2009, p. 275-330.
- ALENCAR, José de. **Como e Porque Sou Romancista**. Rio de Janeiro: Typ. de. G. Leuzinger & filhos, 1893. Disponível em: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br>. Acesso em: 29/06/2019.
- ALENCAR, José de. **Reforma Servil: sessão de 10 de Julho de 1871**. In: Discursos proferidos na sessão de 1871 na Câmara de Deputados. Rio de Janeiro: Perseverança, 1871, p. 59-73. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/351885198/Jose-de-Alencar-Discursos-Proferidos-Na-Sessao-de-1871>.
- ALENCAR, José de. **Reforma Servil: sessão de 13 de Julho de 1871**. In: Discursos proferidos na sessão de 1871 na Câmara de Deputados. Rio de Janeiro: Perseverança, 1871, p. 73-103. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/351885198/Jose-de-Alencar-Discursos-Proferidos-Na-Sessao-de-1871>.
- ALENCAR, José de, 1829-1877. **O Tronco do Ipê**. 2ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- ANDRETA, Bárbara Loureiro. **A voz e a memória dos escravos: Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. Identidade, São Leopoldo, v.18 n. 2, 2013, p. 194-200.
- ARARIPE, J. C. Alencar. **José de Alencar e o desafio da escravidão**. Revista do Instituto do Ceará, 2006, p. 56.
- BARBOSA, Paula Maciel. **A Fazenda Assombrada: figurações da escravidão no romance Til de José de Alencar**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 60, abr. 2015, p.55-76.
- CANDIDO, Antônio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2002.
- CANDIDO, Antônio. **Poesia e oratória em Castro Alves**. In: Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880. 12 ed. Ouro sobre azul: Rio de Janeiro, 2009, p. 583-599.
- CARVALHO, Dayana Façanha de. **Feitiços, literatura e escravidão no Rio de Janeiro imperial 1860-1870**. 6º Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional – UFSC, 2013.
- CARVALHO, Dayana Façanha de. **Sobre a escravidão em O tronco do Ipê, de José de Alencar**. In: Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e dialogo social. Natal – RN, Anais, ANPUH, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. **Apresentação**. In: ALENCAR, José de. Cartas de Erasmo. Organizador, José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: ABL, 2009, p. 7-31.

CARVALHO, José Murilo de. **Os partidos políticos imperiais: composição e ideologia.** In: A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 199-228.

DUARTE, Eduardo de Assis. **O Negro na literatura brasileira.** Navegações, v.6 n.2 jul/dez, 2013, p. 146-153.

FILHO, Domício Proença. **A trajetória do negro na literatura brasileira.** Estudos Avançados, 2004, p. 161-193.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.5-27.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro.** In: O Brasil Imperial: 1831-1870. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.427-460.

JUNIOR, Eduardo Rouston. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a criação de um símbolo nacional.** Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.2, n.1, dezembro 2010, p. 34-48.

LIMA, Ivana Stolze. **Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil – perspectiva histórica.** Estudos Históricos, vol 25, nº50, Rio de Janeiro, 2012, p.352-359.

LUFT, Gabriela; WELTE, Juliane. **As personagens negras na literatura brasileira oitocentista: Os quadros da escravidão de Joaquim Manuel de Macedo.** Terra roxa e outras terras: Revista de Estudos Literários, volume 17-B, dez. 2009, p. 6-17.

KLINGER, Diana. **O Romantismo.** In: Teoria da Literatura I. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013, p. 89-102.

KLINGER, Diana. **O Romantismo no Brasil.** In: Teoria da Literatura I. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013, p.103-125.

MAGALHÃES, Nathan Mattos. **José de Alencar e a escravidão: suas peças teatrais e o pensamento sobre o processo abolicionista.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Literatura, Programa de pós-graduação em Letras, Fortaleza, 2015.

MARTINS, Heitor. **Luís Gama e a consciência negra na literatura brasileira.** Afro-Ásia, n. 17, 1996, p. 87-97.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O gigante e o espelho.** In: O Brasil Imperial: 1831-1870. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.13-51.

MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da Abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MOLINA, Diego A. **A Meditação de Gonçalves Dias. A natureza dos males brasileiros.** Estudos Avançados, 2016, p.235-252.

MOTTA, Arthur. **José de Alencar (o escritor e o político) Sua vida e sua obra.** Rio de Janeiro: F. Briguiet& Cia, 1921, p. 11-150.

MOTTA, Arthur. O Político. In: **José de Alencar (o escritor e o político) Sua vida e sua obra.** Rio de Janeiro: F. Briguiet& Cia, 1921, p. 173-223.

MUÑOZ, Juliana Fillies Testa. **A estereotipização do negro nos romances de Bernardo Guimarães.** Todas as musas, ano 08, n.2, 2017, p.121-133.

OLIVEIRA, Ellen dos Santos. **Nação e nacionalismo, negros à margem: o negro na poesia de Castro Alves, o poeta nacional.** Uniletras, Ponta Grossa, v. 36, n. 2, p. 167-185, jul/dez. 2014, p. 167-185.

PALERMO, Luis Claudio. **Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais.** Dimensões, v. 39, jul.-dez. 2017. p. 324-347.

SANTOS, Eufrázia Cristina Menezes. **A construção simbólica de um personagem religioso: o preto velho.** TOMO, SE, n° 11, 2007, p. 161-195.

SANTOS, Maria Rita. Trajano Galvão e a Negritude. **Revista do GELENE**, n. 1 UFMA, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Romantismo tropical ou o Imperador e seu círculo ilustrado.** Anais do XXII colóquio ANPOCS, caxambu, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SALLES, Ricardo. **As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema.** In: O Brasil imperial: 1831-1889. Rio de Janeiro: civilização brasileira 2009. P.39- 77.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado.** Rio de Janeiro: Topbooks,1996.

SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889.** Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227319>

SILVA, Hebe Cristina da. **Imagens da escravidão: uma leitura de escritos políticos e ficcionais de José de Alencar.** Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões do indianismo.** In: História da Literatura Brasileira. 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.267.

SOUZA, Zildete Lopes de. **Do discurso político ao literário: O (não) lugar do negro na nação imaginada por José de Alencar.** Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2015.

TREECE, David. **O indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra.** *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, v. 65, março 2003, p. 141-151.